

APOIO POPULAR AO PLANO CONCRETO DE LUTA CONTRA A CARESTIA DE VIDA

(LEIA NA 12ª PAGINA)

POR UMA PARTICIPAÇÃO MAIS ATIVA DAS MASSAS NA VIDA POLÍTICA DO PAÍS

NÃO nos cansaremos de pregar a unidade: o momento é de união de todos os brasileiros democratas e patriotas em ampla coalizão democrática e progressista. É trilhando o caminho da liberdade e da independência nacional que o povo brasileiro conseguirá seus nobres objetivos. Fazer de cada local de atuação um baluarte da defesa das liberdades democráticas e das reivindicações mais sentidas da população — este o objetivo dos comunistas, lutadores consequentes da liberdade e do progresso, batalhadores incansáveis pelo bem-estar de nosso povo.

O MOMENTO requer uma participação mais ativa do povo na vida política do país. Já o dissemos e agora voltamos a insistir nessa idéia a todos os títulos justa: a tarefa fundamental dos patriotas mais esclarecidos é abrir o caminho para o ascenso das massas, remover os obstáculos a um amplo caminho por onde possa fluir e desenvolver-se o processo democrático em nosso país.

CRESCEM as forças democráticas e existem todas as condições para estas exigirem um exercício efetivo das liberdades pelo povo, a abolição das discriminações políticas e ideológicas, a anistia para os processados e condenados por motivos políticos, a defesa efetiva da democracia contra as arremetidas dos que se colocaram à margem da lei querendo liquidar a Constituição, uma política externa de defesa da soberania nacional e de convivência pacífica com todos os povos e, por fim, medidas práticas em defesa da bolsa do povo e que assegurem melhores condições de vida.

EM sua Proclamação de setembro, Luiz Carlos Prestes indicou os pontos em torno dos quais pode desenvolver-se a ação comum de todos os patriotas e democratas. Aquêles pontos, de acordo com as exigências colocadas pela própria vida, agora poderiam ser assim sintetizados:

1 — LUTA pelas liberdades democráticas e sindicais, em defesa da Constituição, contra qualquer putsch reacionário, pela plena vigência das liberdades, pela abolição das discriminações políticas e ideológicas, isto é, legalidade para o P.C.B., anistia e revogação das leis de exceção.

2 — LUTA pela paz, por uma política de defesa da soberania nacional e de entendimento e relações com todos os países.

3 — LUTA em defesa do petróleo e das demais riquezas de nosso sub-solo contra a pilhagem dos monopólios de Wall Street e em defesa da indústria brasileira.

4 — LUTA pela melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e populares, pelo aumento de salários dos operários e por aumento de vencimentos para o funcionalismo.

DA mobilização das massas, da combatividade e da força unida de todos os patriotas depende a realização de uma tal plataforma progressista, que é a plataforma de Prestes. Existem todas as condições para nosso povo tornar vitoriosos esses amplos pontos de vista que interessam a todas as camadas e ao bem-estar e ao progresso da nação.



UM documento em que é feita uma análise marxista completa da presente situação mundial e apontado com clareza o caminho para prosseguir aliviando a tensão internacional e consolidar a paz e a amizade entre os povos — vai publicado da 5ª à 9ª páginas da nossa edição. Trata-se do importante discurso pronunciado por N. S. Kruschiov no Soviet Supremo da U.R.S.S., onde analisa os resultados da recente visita dos homens de Estado soviéticos à Índia, Birmânia e Afeganistão. Nos êxitos da luta dos povos coloniais e dependentes, sobre que se detém particularmente N. S. Kruschiov, inspirou-se o nosso desenhista para a ilustração ao alto.

VOZ OPERÁRIA

N 548 — RIO DE JANEIRO — 14-1-1956

Disposição do Soviet Supremo da U.R.S.S. Sobre os Resultados da Viagem de Bulgânin E Kruschiov à Índia, Birmânia e Afganistão



N. A. BULGANIN

Na sessão de 29 de dezembro de 1955 o Soviet Supremo da U.R.S.S. aprovou a seguinte Disposição:

«Depois de ouvir e debater as comunicações feitas pelo camarada N. A. Bulgânin, presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S., e pelo camarada N. S. Kruschiov, membro do Presidium do Soviet Supremo da U.R.S.S., sobre suas viagens à Índia, União Birmanesa e Afganistão, o Soviet Supremo da U.R.S.S. expressa sua plena satisfação pelos resultados desta viagem.

O Soviet Supremo da U.R.S.S. assinala que a visita amistosa dos homens de Estado da U.R.S.S. a estes países se converteu num grande acontecimento político que contribui para a consolidação da paz na Ásia e no Extremo Oriente e para o alívio da tensão nas relações internacionais.

O entusiasmo e o afeto com que foram recebidos os homens de Estado soviéticos na Índia, Birmânia e Afganistão são interpretados pelo Soviet Supremo da U.R.S.S. como manifestações da profunda estima e da amizade dos povos destes países para com os povos da União Soviética. A calorosa acolhida dispensada aos representantes do povo soviético demonstra que os esforços de nosso povo na luta pela paz e as realizações de nosso país são afins e compreensíveis para os povos da Índia, Birmânia e Afganistão.

O Soviet Supremo da U.R.S.S. verifica que, em resultado da viagem dos camaradas N. A. Bulgânin e N. S. Kruschiov, se deu um novo e grande passo no sentido do reforço da amizade e da colaboração entre a U.R.S.S. e a grande Índia, Birmânia e o Afganistão na luta pela paz, pela liquidação da «guerra fria» e pelo sucessivo alívio da tensão internacional. Voltou a confirmar-se a unidade de objetivos e de aspirações de nossos Estados em relação ao problema central da vida internacional: o problema da manutenção e do fortalecimento da paz. Esta unidade de pontos de vista entre a U.R.S.S., a Índia, a Birmânia e o Afganistão não é devida a causas passageiras mas fruto da comunidade dos interesses fundamentais destes Estados, que querem a paz e a segurança dos povos.

No curso das negociações destacou-se a coincidência de pontos de vista no que diz respeito a importantíssimos problemas das relações entre os nossos países no que tange aos grandes problemas internacionais: o desarmamento e a abso-

luta proibição das armas atômicas e de hidrogênio, a satisfação dos legítimos direitos da República Popular da China em relação às ilhas do litoral e à ilha Taiwan, a concessão à República Popular da China do seu legítimo posto na Organização das Nações Unidas e a solução de outros problemas não resolvidos da Ásia e do Extremo Oriente, em consonância com os legítimos direitos dos povos.

Tem grande importância a unanimidade a que se chegou sobre o problema de que a paz só pode ser assegurada mediante os esforços coletivos dos Estados.

A base das relações entre a União Soviética, Índia, Birmânia e Afganistão são os princípios do respeito mútuo à integridade territorial e à soberania, a não agressão, a não ingerência nos assuntos internos de outro país, a igualdade e as vantagens mútuas, a coexistência pacífica dos Estados, independentemente de seu regime social.

O Soviet Supremo assinala com satisfação que estes princípios obtêm uma aceitação internacional cada vez mais ampla. Nêles se basam as relações da República Popular da China com outros países; foram eles apoiados pelos países que participaram da Conferência de Bandung e por outros vários Estados da Europa e da Ásia. A adoção destes princípios nas relações entre todos os Estados teria um enorme significado para o estabelecimento da necessária confiança entre os Estados e para a eliminação da ameaça de uma nova guerra.

Outro importante resultado da viagem dos camaradas N. A. Bulgânin e N. S. Kruschiov aos países da Ásia são os acordos obtidos com estes países no que diz respeito à ampliação do comércio, dos laços econômicos, culturais e outros, acordos baseados no princípio da igualdade e no mútuo proveito, sem imposição de compromissos de caráter político ou militar de nenhuma espécie.

O Soviet Supremo da U.R.S.S. expressa a certeza de que os contatos e a colaboração entre a União Soviética, a Índia, Birmânia e Afganistão nas diferentes esferas da atividade estatal, econômica, social e cultural se desenvolverão com êxito e que serão tomadas medidas para que os povos tenham um mútuo e mais amplo conhecimento de sua vida, realizações e cultura, assim como para ampliar o intercâmbio de experiências entre eles.

A comunidade de interesses entre a U.R.S.S., República da Índia, União Birmanesa e o Afganistão, igualmente como entre todos os demais Estados pacíficos, no tocante à garantia da paz e da independência nacional dos povos, cria as condições imprescindíveis para que entre eles floresça uma amizade sólida e duradoura, para que se revigore a colaboração entre eles, em benefício de seus povos e no interesse da paz universal.

A viagem dos camaradas N. A. Bulgânin e N. S. Kruschiov à Índia, Birmânia e Afganistão teve uma imensa e favorável ressonância entre os povos de numerosos países, especialmente entre os povos dos países coloniais e dependentes e foi aplaudida por todos quantos estão sinceramente interessados na eliminação do perigo de guerra e numa paz sólida e duradoura.

O Soviet Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas considera que a viagem do camarada N. A. Bulgânin, presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S. e do camarada N. S. Kruschiov, membro do Presidium do Soviet Supremo da U.R.S.S., demonstrou a grande significação do contato pessoal entre os homens de Estado para a compreensão mútua, para o estabelecimento da confiança entre os países e para o desenvolvimento da cooperação internacional. Esta viagem contribuirá para debilitar as forças dos partidários da guerra e reforçar a paz no mundo inteiro.

O Soviet Supremo da U.R.S.S. dispõe:

Aprovar a atuação do camarada N. A. Bulgânin, presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S., e do camarada N. S. Kruschiov, membro do Presidium do Soviet Supremo da U.R.S.S., durante sua viagem à República da Índia, à União Birmanesa e ao Afganistão, considerando que corresponde integralmente à política exterior de paz da União Soviética e favorece o fortalecimento da causa da paz, da amizade e da colaboração entre os povos.

Moscú, Kremlin, 29 de dezembro de 1955.



O PACTO DE BAGDÁ E O ORIENTE PRÓXIMO

AS grandes manifestações populares na Jordânia, nos últimos dias, demonstraram de maneira irretorquível que todas as manobras visando a incluir esse país no sistema do Pacto de Bagdá não passam de sorrateiros processos dos imperialistas anglo-norte-americanos, concorrentes na disputa dos lucros, mas aliados sempre que se trata de firmar sua expolição conjunta sobre o mundo árabe.

EM poucos dias, assim que anunciou sua intenção de aderir ao Tratado de Bagdá, foi derrubado pelo povo o anterior governo pró-imperialista, atçando-se ao poder um ministério supostamente de transição, que adiou o pronunciamento do parlamento e prometeu convocar novas eleições. Esse gabinete — de Ibrahim Hachem — não resistiu, porém, à forte pressão desencadeada desde Londres e Washington e decidiu-se a revogar o decreto anterior de dissolução parlamentar, numa demonstração clara de que se decidira a forçar a votação da adesão àquele pacto guerreiro. Isso foi o bastante para que no próprio dia 7 irrompessem greves e manifestações em Amã e Jerusalém, pela recusa de qualquer adesão ao Pacto de Bagdá, contra o governo e contra as representações diplomáticas e consulares dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e Turquia.

UM novo governo, chefiado por Samir El Rifai foi chamado ao poder, declarando-se contrário à inclusão da Jordânia em qualquer tratado «ocidental». A importância dessa vitória popular é imensa não apenas pela influência que deverá ter na evolução política da Jordânia, mas de todo o mundo árabe. Há fatos indicativos, por exemplo, de que a adesão jordanesa ao Pacto de Bagdá seria imediatamente acompanhada de grande repressão antidemocrática no interior do país e de manobras objetivando, primeiro, a alteração das boas relações entre a Síria e o Líbano, e, a seguir, a inclusão do governo de Damasco no

mesmo sistema belicista. O objetivo mais evidente da política anglo-americana, no momento, é soffrear o movimento de libertação nacional que ganha forças no Oriente Médio e Próximo e derrocar os governos, como o do Egito, que se aproximam cada vez mais de posições anticolonialistas.

PARA seus fins inconfessáveis lançam uns contra os outros os povos daquela região, incentivando as lutas entre Israel e o Egito, por exemplo, e dividindo o mundo árabe. É evidente, por isso mesmo, que as atividades anglo-americanas, em lugar de diminuir, vão recrudescer diante das derrotas que têm sofrido ultimamente os governos de Londres e Washington. Nesses dias se realiza a reunião do Conselho Técnico do Pacto de Bagdá, que se segue a uma reunião do mais alto nível de todos os países comprometidos na aliança (Grã-Bretanha, Turquia, Iraque, Irã, Paquistão). Anuncia-se, ao mesmo tempo, a visita a Washington do primeiro-ministro britânico, a fim de discutir com Eisenhower, entre outros problemas, a adesão dos Estados Unidos ao tratado do qual ele é um dos inspiradores e acertar planos para nova ofensiva contra a paz e a independência dos países árabes.

PREOCUPA aos círculos imperialistas o prestígio crescente de que desfruta a U.R.S.S. no Oriente Médio, e as mais torpes acusações são assacadas contra os patriotas da Jordânia, do Egito e da Saudi Arábia apresentados frequentemente pela propaganda dos tustes como simples «agentes» soviéticos. Esses rasteiros recursos de propaganda não terão, porém, êxito. Os povos do Oriente Médio reconhecem cada vez mais na U.R.S.S. o firme amigo de todas as horas e estreitam cada vez mais seus laços com o grande país do socialismo, como vieram de fazer a Arábia Saudita e o Egito. Talvez antes do que pensem, Eden e Eisenhower verão dificuldades crescentes nos próprios países como o Irã e o Iraque, que vem agindo como simples peões de seu jogo sinistro.

Declarações Que Causam Estranheza

FATOS da SEMANA

O DEPUTADO Dagoberto Sales declarou aos jornais que apresentará um projeto à Câmara estabelecendo o monopólio estatal da lavra e do comércio interno e externo dos minerais e metais atômicos, criando a Comissão de Energia Atômica e adotando vários dispositivos visando a defender nossas reservas de tório e urânio, inclusive um levantamento destas reservas a fim de limitar a exportação destes importantes minerais estratégicos.

NO litoral do Maranhão, naufragou o navio «Berga», causando a morte de 18 dos seus 19 tripulantes. A causa do desastre não é acidental, mas devido à falta de um radiotelegrafista a bordo, que poderia ter avisado os portos de terra (o navio distava apenas 15 milhas da costa) e o navio «Cantuária», que passava pelas proximidades. A responsabilidade pela criminosa morte dos 18 marítimos, entre os quais se encontra o piloto Claudineu Ribeiro, destacado líder marítimo, cabe ao proprietário do barco e à Diretoria de Portos e Costas.

FOI instaurado processo criminal contra os proprietários da «Happy School Brazil-Canada» (que, irônica, quer dizer «Escola Feliz»), na 5ª Vara Criminal, que expulsaram de sua escola o menino Fernando, de três anos, por ser o mesmo de cor preta. Depondo no processo, os pais de Fernando confirmaram a odiosa discriminação racial, que atenta contra os direitos humanos e contra as leis brasileiras.

FOI sancionado pelo presidente Nereu Ramos, no dia 10, o projeto de lei que mantém o decreto presidencial de 23 de dezembro, prorrogando o estado de sítio por 30 dias. O Senado, por 34 a 12 votos, havia aprovado o projeto na noite de 9 do corrente.

FORAM recebidas com estranheza, pela opinião pública democrática, as declarações feitas, nos Estados Unidos, pelo sr. Juscelino Kubitschek, a propósito da legalidade para o P.C.B. Tais declarações chocam-se, frontalmente, com esta grande verdade dos nossos dias: quem resolve, quem dá a última palavra, tanto no cenário mundial como no plano da política interna de cada país, são as massas populares. Já não é possível governar contra o povo. Mostram-no os mais recentes exemplos de nossa história política, demonstram-no o próprio pleito de 3 de outubro, que elegeu os srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart e o movimento democrático de 11 de novembro, que desbaratou os planos dos que tentavam liquidar a soberania popular expressa nas urnas.

Alguns jornais que apolam a coalizão democrática deixam-se levar pela pressão dos círculos ligados a Wall Street e assumem uma atitude divisionista, que só beneficia os inimigos das forças democráticas e populares. Alguns desses jornais desafiam a imprensa popular a pronunciar-se sobre as declarações do sr. Kubitschek. Esse é um caminho que traduz irreflexão. Os comunistas jamais acreditaram em homens providenciais, nem fizeram qualquer obra de endeusamento que possa vir a trazer quaisquer desilusões. Os comunistas acreditam no povo, na ação das massas populares.

Por isso, à frente das massas, como o fizeram na campanha eleitoral e o fazem quotidianamente, procuram despertar nas massas a plena consciência de sua grande força, a consciência de que é a vontade popular a única fonte da legitimidade do poder. Antes e depois de 3 de outubro, os comunistas apelaram para as massas, conclamando à organi-

zação e à luta democrática. Nosso povo atendeu a esse apelo, conquistando vitórias.

O sr. Juscelino Kubitschek tem a oportunidade de obter a necessária base popular para o seu governo, se quiser apoiar-se nas forças democráticas e populares que preservaram as liberdades com as vitórias de 3 de outubro e 11 de novembro. Estas forças poderão ajudá-lo a enfrentar quaisquer exigências inaceitáveis para nossa dignidade de povo que luta pela independência nacional, pelo progresso e o bem-estar.

Mas, para contar com o apoio popular, é necessário que o novo presidente da República cumpra as promessas com que se apresentou ante o povo, que respeite a Constituição e as liberdades democráticas, que realize uma política independente, de relações pacíficas e amistosas com todos os países, que defenda o petróleo, as demais riquezas nacionais e a indústria brasileira contra a voracidade dos trustes, que propicie melhorias para as massas trabalhadoras e populares, fundamentalmente detendo a carestia. Não há brasileiro digno deste nome que esteja contra essas exigências.

E tais são as exigências que fará o nosso povo ao sr. Juscelino Kubitschek, cobrando suas promessas de candidato. Nosso povo, mobilizado em torno de suas reivindicações e confiando em suas próprias forças, tem razão para estar otimista e pode confiar em que obterá êxito na conquista dos seus desejos. Quanto ao sr. Juscelino Kubitschek, não será mal lembrar-se dos fatos mais recentes de nossa história política — tais fatos são uma advertência para os que têm responsabilidade na coisa pública e demonstram que não há futuro para os governos que se apoiam no imperialismo.

O SUDÃO, UMA NOVA REPÚBLICA INDEPENDENTE

O POVO sudanês, que durante longos anos manteve uma valorosa luta contra o domínio estrangeiro, tendo para obter sua independência se levantado em armas várias vezes, conseguiu por fim sua emancipação nacional.

Nos primeiros dias do ano, numa reunião conjunta das câmaras que compõem o Congresso daquele país, representantes especiais da Inglaterra e do Egito entregaram ao primeiro-ministro sudanês, sr. Al-Azharí, os documentos em que os governos britânico e egípcio reconhecem o Sudão como Estado independente e soberano.

Em Khartum, capital do Sudão, foi içada, por isso, a bandeira tricolor do Sudão. A solenidade do hasteamento da bandeira do Sudão significava que de agora por diante era livre o país que já no passado tinha uma adiantada cultura na África e de cujos antigos habitantes descendem muitos brasileiros. Para o Brasil foram trazidos como escravos grande número de homens e mulheres de origem sudanesa muitos dos quais aqui tomaram parte nos levantes negros, particularmente na grande Jihad de 1835 na Bahia.

O Sudão, hoje república independente, quer fazer uma política exterior soberana. «Assim como o Egito — disse o primeiro-ministro do Sudão — nosso país condena a política de pactos». Não participará, por isso, de nenhum pacto estrangeiro «que falaria com que perdessemos a liberdade».

A proclamação do Sudão como estado independente é um novo testemunho da irremediável decomposição do sistema colonial de



WILHELM PIECK

ATRES de janeiro a classe operária e o povo alemães festejaram o 80º aniversário de um dos seus mais eminentes filhos, Wilhelm Pieck, presidente da República Democrática Alemã, veterano lutador pela paz, contra o fascismo e o militarismo e pelas vitoriosas idéias do socialismo científico. Na história da Alemanha contemporânea, Wilhelm Pieck desempenha relevante papel. É ele o chefe do primeiro Estado realmente democrático, Estado operário e camponês, criado na Alemanha.

Wilhelm Pieck tem sua vida de militante das fileiras do proletariado estreitamente ligada aos mais importantes acontecimentos desenrolados neste século na Alemanha. Foi companheiro de armas dos pioneiros das lutas pelas idéias socialistas, dos ideólogos, heróis e mártires da classe operária alemã: Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, Franz Mehring, Clara Zetkin, e de Ernst Thaelman, preclaro chefe do Partido Comunista da Alemanha. Já no princípio do século sentiu a

DESENVOLVEM-SE OS PREPARATIVOS PARA O XX CONGRESSO DO P.C.U.S.

REALIZA-SE a 14 de fevereiro o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, acontecimento que se destina a ter enorme significação internacional. A Ordem do Dia do Congresso consta de 4 pontos: 1) Informe sobre o trabalho do C.C. do P.C.U.S. (Informante: N. S. Krushiov, secretário do C.C.); 2) Informe sobre o trabalho da Comissão Revisora Central do P.C.U.S. (Informante: P. G. Moskatov, presidente da Comissão Revisora); 3) Diretivas do XX Congresso do P.C.U.S. sobre o sexto plano quinquenal de desenvolvimento da economia nacional da U.R.S.S. para 1956-1960 (Informante: N. A. Bulgânin, presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S.); e 4) Eleição dos organismos centrais do Partido.

Todo o povo soviético participa entusiasmadamente dos trabalhos preparatórios. Sob o signo da crítica e da auto-crítica, da luta contra os defeitos no trabalho, pelo cumprimento com acerto cada vez maior das tarefas gigantescas da construção da sociedade comunista, estão se realizando, a partir do mês de dezembro, as conferências das diversas organizações do Partido nas regiões e nos territórios, bem como os Congressos dos Partidos Comunistas das Repúblicas Federadas.

Além da ampla discussão da política do Partido realizada em todas as suas organizações, nas quais se elegem os delegados ao XX Congresso, todo o povo soviético participa com entusiasmo da emulação em homenagem ao Congresso. Destacam-se nessa emulação os setores da indústria pesada bem como os trabalhadores das grandes obras do comunismo, tais como as centrais elétricas de Stalingrado e Kulbischev. Na região carbonífera da bacia do Don, por exemplo, os mineiros de Voroshilovgrad conseguiram elevar em cinco vezes os ritmos da média mensal de elevação da produtividade. Tais resultados, tão altos, assinala a «Pravda», foram atingidos pela primeira vez na região de Voroshilovgrad.

Idêntico é o entusiasmo verificado entre os trabalhadores da indústria leve. No conjunto das empresas da indústria leve o plano de produção global para 1955 foi cumprido antes do prazo, isto é, a 16 de dezembro. Também em homenagem ao XX Congresso os trabalhadores do transporte ferroviário cumpriram com antecipação o plano global de cargas previsto para 1955, superando-o a partir de 21 de dezembro. Nessa emulação não ficam atrás os trabalhadores da agricultura. Assim, por exemplo, os colcoses e sovcoses da região de Krasnodar produziram acima do plano mais de 12 milhões de puds de trigo.

Toda a imprensa soviética acompanha de perto a realização das conferências das diversas organizações do Partido bem como o desenvolvimento da emulação. Particular atenção é dada à crítica dos defeitos verificados na atividade das organizações do Partido. Periodicamente, o órgão central do P.C.U.S., a «Pravda», dedica seus editoriais à generalização das experiências negativas e positivas evidenciadas no curso da realização das conferências, bem como à emulação. A propósito desta, escreve em sua edição de 28-12-1955: «Desenvolve-se agora em todas as empresas a emulação socialista em homenagem ao XX Congresso do P.C.U.S. A tarefa das organizações do Partido, econômicas, sindicais e do Komsomol é encabeçar o crescente ascenso patriótico, é preocupar-se da difusão, por todos os modos, das experiências de vanguarda e, nesta base, alcançar novos êxitos no desenvolvimento da produção».

Em todos os continentes e em todos os países a classe operária e as massas trabalhadoras, acompanham com o maior interesse os trabalhos preparatórios do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

O 80º ANIVERSÁRIO DE WILHELM PIECK

O POVO BRASILEIRO SAÚDA O EMINENTE LUTADOR CONTRA O FASCISMO E PELA PAZ E A SEGURANÇA MUNDIAIS

profunda repercussão da revolução russa de 1905, a primeira revolução popular da época do imperialismo, apoiou calorosamente a classe operária russa em 1917 e, no ano seguinte, juntamente com outros chefes do proletariado alemão, colocou-se à frente das massas na revolução de novembro na Alemanha.

Wilhelm Pieck é um dos fundadores do Partido Comunista da Alemanha. Como um dos líderes da luta do povo alemão contra a guerra e o fascismo, o Partido Comunista da Alemanha, guiado por dirigentes como Wilhelm Pieck, foi o único partido a manter-se infatigavelmente à frente da resistência ao fascismo, apelando para a luta unida contra a monstruosa ditadura nazista.

Em virtude da vitória histórico-mundial da coalizão antifascista, à cuja frente estava a gloriosa U.R.S.S., o povo trabalhador da parte oriental da Alemanha criou a República Democrática Alemã, colocando Wilhelm Pieck na chefia do Estado. Na Presidência da República Democrática Alemã, Wilhelm Pieck merece a admiração de todos aqueles que anseiam pela unificação democrática e a desmilitarização da Alemanha, de todos os milhões de seres que sentiram os horrores da guerra e querem a paz e o progresso para o seu povo.

Há bem sessenta anos Wilhelm Pieck luta pelas nobres idéias que abraçou na juventude e de cuja marcha vitoriosa tem participado em lugar de destaque. Por isso, o dia do 80º aniversário de Wilhelm Pieck foi um dia de festa para os trabalhadores alemães. A classe operária e o povo brasileiro, aos quais interessa a existência de uma Alemanha democrática e pacífica, saudam em Wilhelm Pieck um eminente lutador contra o fascismo e o militarismo e pela paz mundial, um homem de Estado cuja vida é um exemplo de completa dedicação aos anseios de progresso e liberdade para a sua Pátria.

UNIDOS LUTAM POR AUMENTO OS OPERÁRIOS DA LIGHT

CERCA de 15 mil trabalhadores do Grupo Light (Rio, São Paulo e Santos) estão lutando por um aumento de salários que lhes permita fazer face, imediatamente, à insuportável carestia. A luta dos operários vem encontrando, porém, tenaz resistência da empresa imperialista, que persegue dois objetivos: 1) — aproveitar a reivindicação justa dos trabalhadores para golpear o povo com um novo e escorchanto aumento de tarifas; 2) — conceder, condicionando a esse aumento, uma elevação de salários muito menor que a reivindicada pelos operários. Desse modo, os trabalhadores não seriam satisfeitos e o povo pagaria um aumento considerável dos lucros do pólo imperialista.

O Que Reivindicam os Operários

OS trabalhadores do Grupo Light reivindicam um aumento proporcional em seus salários que resultaria numa elevação média de 24% nas folhas de pagamento da Light. Esse aumento — anteriormente reivindicado em média de 30% e depois baixado a 24% pelos sindicatos operários, de modo a facilitar os entendimentos com a empresa — é o mínimo que aceitam os trabalhadores. A empresa imperialista, porém, utilizando mais uma vez o velho e patido «argumento» de que «não tem capacidade financeira» para atender à reivindicação, insiste em só conceder 22%, mediante o aumento das tarifas.

Os trabalhadores não concordam com a proposta nem com a condição de elevação das tarifas, que viria escorchar o povo. Somente para as tarifas de bonde, no Rio, a Light quer 150% de aumento!

Entendimentos no Ministério do Trabalho

APÓS entendimentos dos sindicatos operários com o ministro do Trabalho, este convocou uma reunião conjunta dos trabalhadores e da empresa, para discutir a questão. A Light, porém, recorreu à chicana, enviando um advogado que se declarou «sem poderes para deliberar», nada resolvendo a reunião.

Com a manobra, a Light visa ganhar tempo. Enquanto se arrastam as discussões em torno à proposta de 22% — discussões que ela vem entretendo — procura forçar, na Prefeitura, o aumento de tarifas. Os operários, porém, percebem essa manobra e não estão dispostos a deixar-se enganar pelos patões.

Novos entendimentos estão se processando no Ministério do Trabalho.

Procuram Destruir a Unidade

CERTA de que a unidade dos trabalhadores é a principal garantia de sua vitória, a Light vem tentando, por todos os meios, romper o Pacto de Unidade firmado entre os sete sindicatos do Grupo Light (Rio, São Paulo e Santos). O polvo imperialista, recorrendo a métodos de coação e contando com a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Energia do Rio, fez aprovar, por este sindicato, a tabela de 22%, condicionada ao aumento de tarifas. A assembleia do sindicato realizou-se sob coação. A Light obrigou seus funcionários a comparecerem à mesma com ordem de aprovar a tabela, tendo destinado veículos especiais, em número de 100, para transportar seus empregados.

O Pacto de Unidade, porém, continua firme entre a esmagadora maioria dos sindicatos do Grupo Light, que convocarão assembleias para debater, com os trabalhadores, as medidas a tomar para forçar a empresa imperialista a ceder às reivindicações das quais os operários não abrem mão.

400 MIL ACIDENTES NO TRABALHO EM 1955!

SEGUNDO informações prestadas à imprensa pelo sr. René Arruda, delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários em São Paulo, o número de acidentados no trabalho, em nosso país, atingiu a 400 mil, no ano recém-fimado. Esses números, realmente impressionantes, indicam a terrível realidade que enfrentam os trabalhadores brasileiros, no que se refere à segurança no trabalho. Na verdade, os operários estão sujeitos aos mais variados tipos de acidentes. São as máquinas velhas e estragadas que lhes decepam os dedos e as mãos, são as instalações elétricas deficientes ou em mau estado que são causa de constantes casos de eletrocussão de trabalhadores, (a Light é um exemplo disso), enfim não há qualquer garantia à segurança dos trabalhadores nas empresas. Esses fatos, de suma gravidade, serão discutidos pelos operários na Conferência de Defesa das Leis Sociais, em cujo temário a segurança do trabalho ocupa um lugar destacado.

Reune-se Dia 18 a Conferência Dos Metalúrgicos Paulistas

O TEMÁRIO DA CONFERÊNCIA INCLUI AS QUESTÕES REFERENTES À SITUAÇÃO, REIVINDICAÇÕES, ORGANIZAÇÃO E DIREITOS DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA METALÚRGICA — DELEGADOS À CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA DAS LEIS SOCIAIS

REALIZAR-SE-Á na capital paulista, nos dias 18 e 19 próximos, a I Conferência Municipal dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de São Paulo. O conclave assume particular significação, não somente porque se integra na preparação da Conferência Nacional dos Trabalhadores em Defesa das Leis Sociais, como porque reunirá os representantes de um dos setores fundamentais do proletariado brasileiro — os operários da indústria metalúrgica.

OS metalúrgicos brasileiros, que, no ano findo, estiveram à frente dos trabalhadores do país em suas grandes jornadas, e que Jeram belos exemplos de unidade e combatividade — como a luta em defesa do Sindicato de Volta Redonda — saúdam o conclave de seus companheiros paulistas, cujo temário interessa de perto a toda a classe operária do Brasil.

O temário da Conferência

A CONFERÊNCIA dos Metalúrgicos discutirá, todas as questões que se referem à situação, às reivindicações, à organização, às lutas e aos direitos dos trabalhadores. No temário se incluem as questões da previdência social, salário-mínimo e aumento de salários, assiduidade, higiene e seguran-

ça no trabalho, imposto sindical e fundo social sindical, direitos dos trabalhadores face à Legislação Trabalhista, reforma estatutária do Sindicato, Imprensa sindical etc. Serão discutidas, também, medidas contra a carestia da vida e em defesa do poder aquisitivo dos salários.

Carta dos Direitos dos Trabalhadores

A CONFERÊNCIA discutirá, também, a Carta dos Direitos dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, que será apresentada à Conferência Nacional dos Metalúrgicos, pelos delegados eleitos à mesma. Os delegados eleitos à Conferência Nacional dos Metalúrgicos serão considerados delegados natos à Conferência Nacional de Estudos e Defesa das Leis Sociais.

A COMISSÃO Organizadora da Conferência vem desenvolvendo intenso trabalho no sentido de assegurar o pleno êxito do conclave. Numerosos sindicatos e organizações operárias de outros Estados, que tiveram conhecimento da realização da Conferência dos Metalúrgicos, apóiam o conclave dos metalúrgicos paulistas, que contará com a solidariedade de todo o proletariado nacional.



Os metalúrgicos de São Paulo têm participado das grandes lutas dos trabalhadores paulistas, por aumento de salários e outras reivindicações. Na foto, um aspecto da última greve dos metalúrgicos: os grevistas reúnem-se em assembleia para aprovar a tabela de aumento

Inominável Violência Em S. Paulo Contra Grevistas

POR ordem do sr. Jânio Quadros, contingentes policiais aparatosamente armados foram lançados contra os operários da construção da Usina da Light, em Cubatão, que se encontravam em greve desde o dia 26 de dezembro.

A firma norte-americana Morrison-Knudsen, encarregada da construção da Usina, vinha-se recusando a ceder às reivindicações dos trabalhadores, tendo, por fim, recorrido à polícia. Com a cumplicidade do prefeito de Santos, sr. Antônio Feliciano, os policiais armados de metralhadoras expulsaram violentamente os grevistas da empresa.

VIOLENCIA INOMINÁVEL

Cerca de 600 trabalhadores da empresa lanque encon-

travam-se em greve, reivindicando, entre outras coisas, pagamento das indenizações a que tinham direito, taxa de insalubridade e 240 horas de aviso-prévio. O movimento mantinha-se firme e os grevistas vinham enfrentando, unidos, a intransigência dos patrões norte-americanos. Fortalecia-os e estimulava-os em sua luta a solidariedade dos diversos setores do proletariado paulista e a atitude do Sindicato da Construção Civil, que se havia declarado ao lado da greve. A empresa, diante da firmeza do movimento, recorreu à violência policial, na última sexta-feira. Contingentes policiais fortemente armados, e desrespeitando as leis do país, obrigaram os trabalhadores, mediante coação, a assinar recibos segundo os quais a empresa lanque nada lhes devia. A seguir, centenas de operários foram expulsos dos alojamentos e transportados, sob ameaça das armas, até a Via Anchieta, para que «desaparecessem da região», conforme exigia a Morrison-Knudsen.

REVOLTA GERAL

A inominável violência policial causou indignação a todos os trabalhadores e moradores de Cubatão, repercutindo fortemente em Santos e São Paulo. «Eles não foram derrotados, porque não estão sozinhos» — dizem os operários paulistas, que começam a protestar, energicamente, contra a violência do governo Jânio Quadros. Inúmeros protestos foram feitos e continuam crescendo.

Os trabalhadores violentamente despejados pela polícia encontram-se, em sua maioria, desabrigados, forçados a dormir nos bancos dos jardins e sob as marquises, além de se encontrarem absolutamente sem dinheiro.

Os trabalhadores exigem sua readmissão e a satisfação das reivindicações, bem como que sejam punidos os responsáveis pela violência contra direitos assegurados na Constituição.

CONFERÊNCIA DOS TRABALHADORES PAULISTAS

OS trabalhadores paulistas preparam-se com entusiasmo para sua Conferência Estadual de Estudos e Defesa das Leis Sociais, preparatória da Conferência Nacional. A Conferência paulista realizar-se-á no mês de fevereiro.

A Comissão Estadual de Estudos e Defesa das Leis Sociais, em reunião realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, aprovou as normas, segundo as quais os delegados à Conferência deverão ser eleitos por empresas, por assembleias de setor profissional, conferências de setores e conferências municipais. Serão delegados natos os membros das direções dos Sindicatos, Federações e Associações de trabalhadores.

É o seguinte o temário aprovado:

- 1 — Previdência social; 2 — Aumento de salário; salário-mínimo; assiduidade, multas, etc.; 3 — Higiene e segurança nos locais de trabalho; 4 — Imposto sindical; fundo sindical; 5 — Direitos sindicais em face à Constituição e à Consolidação das Leis Trabalhistas; 6 — Eleições dos delegados à Conferência Nacional dos Trabalhadores em Defesa das Leis Sociais.

Não Mais Voltará o Tempo em Que Os Colonialistas Dominavam Impunemente

(DISCURSO DE N. S. KRUSCHIOV NA SESSÃO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1955 DO SOVIET SUPREMO DA U. R. S. S.)

CAMARADAS deputados:

Ouvimos o informe do camarada Nikolai Alexandrovitch Bulganin sobre os resultados de nossa viagem a países amigos: a Índia, Birmânia e o Afeganistão. Nesse informe está expresso o fundamental, aquilo de que era necessário prestar contas ao Soviet Supremo, no que se refere ao balanço de nossa viagem e às negociações que mantivemos, por encargo do Governo soviético, nesses países, bem como no que diz respeito aos acordos estabelecidos entre o Governo da União Soviética e os governos da Índia, Birmânia e Afeganistão.

Estou plenamente de acordo com todas as teses do informe do camarada Bulganin. Quero manifestar-me, também, sobre algumas questões.

O Governo soviético aceitou, com alegria, o convite do primeiro-ministro da Índia, sr. Nehru, e nos enviou a Índia para retribuir sua visita de amizade e estabelecer contato pessoal com os dirigentes e com o povo da Índia. Existe muito de comum, que une a nossos países, e o principal é a luta pelo fortalecimento da paz mundial.

Creio que é desnecessário falar da importância da República da Índia. O grande povo indiano está firmemente resolvido a fortalecer a independência nacional e política de seu país, depois de tê-la conquistado. A Índia, como Estado amigo da paz, desempenha um papel cada vez maior na solução de muitos e importantíssimos problemas internacionais. Luta de maneira ativa pela conservação e a consolidação da paz no mundo inteiro.

Os povos da Índia, libertados do regime colonial, buscam com insistência caminhos de desenvolvimento para seu país. O governo da República da Índia, presidido por um estadista e um político tão eminente como o estimado primeiro-ministro Jawaharlal Nehru, segue, de maneira consequente, sua política própria, independente dos demais Estados. E isto merece um profundo respeito.

A estreita ligação e a colaboração prática de nossos países é útil e proveitosa para ambas as partes.

Considerações análogas nos guiaram quando aceitamos o convite do governo da Birmânia e do governo do Afeganistão para visitar estes países.

Sabíamos que nossa visita à Índia, Birmânia e Afeganistão suscitaria o descontentamento dos colonialistas, temerosos de que o fortalecimento da amizade entre a União Soviética e países que, até há pouco, se encontravam ainda sob o jugo colonial contribuisse para debilitar ainda mais as posições das potências coloniais.

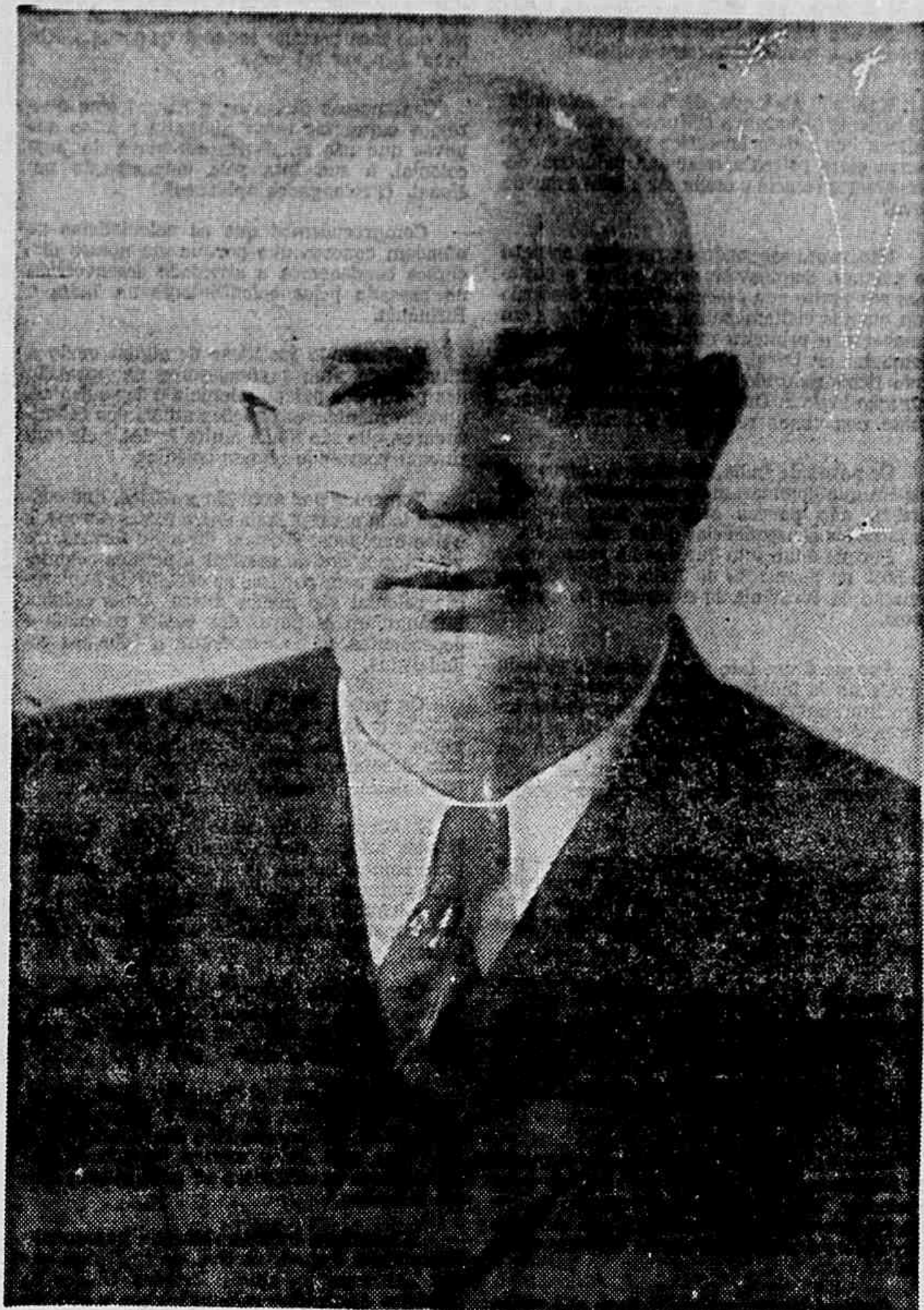
Mas os senhores colonialistas não podem culpar a ninguém mais que a si mesmos.

Todo o mundo sabe que os princípios da cooperação e da amizade da União Soviética com outros Estados diferem radicalmente dos princípios que servem de base à política dos colonialistas. A União Soviética, dando exemplo de profunda compreensão e respeito aos interesses de todos os povos e países, grandes e pequenos, parte de que não há povos inferiores ou que devam ter menos direitos que os demais.

Ao fortalecer a amizade com outros Estados, a União Soviética não lhes impõe sua vontade, não dita condições prévias de nenhuma espécie, como fazem os Estados imperialistas. Ademais, não busca vantagens especiais para si, mas parte de que mantém relações com colegas iguais em direitos, cujos interesses é preciso respeitar.

Cada povo tem direito a organizar sua vida conforme seus próprios desejos. A subjugação ou o saque de um país por outro constitui a maior injustiça e o maior opróbrio.

A igualdade de direitos dos povos, a não ingerência de uns Estados nos assuntos internos de outros, a não agressão, a coexistência pacífica dos países, independentemente de seus sistemas políticos, tais são os princípios em que sempre se basearam nossas relações com os demais países. O rigor com que observamos estes princípios, nossa colaboração com os Estados da Ásia, cada vez mais estreita, obriga aos colonialistas a reajustar sua tática com relação aos países onde pretendem manter suas posições e alivia a situação destes países.



Este é um fator de não pouca importância.

Tinhamos também em conta que nossa visita à Índia, Birmânia e Afeganistão não somente contribuiria a uma aproximação entre os dirigentes de nossos países, mas também à aproximação dos povos. Os povos da Índia, Birmânia e Afeganistão tiveram a possibilidade de conhecer mais coisas sobre a União Soviética, sobre a vida dos povos do País Soviético. E isso contribuirá para fortalecer nossos laços de amizade.

E, por último estávamos firmemente persuadidos de que nossa viagem à Índia, Birmânia e Afeganistão reforçaria ainda mais as posições da paz no mundo inteiro e debilitaria o campo dos partidários da guerra. Esta circunstância, por si só, fazia com que nossa viagem fosse imperiosamente necessária, pois a causa da paz é uma grande causa, que expressa o anseio máximo de todo o gênero humano.

Agora podemos dizer que as grandes esperanças depositadas nesta viagem se justificaram por completo. (Prolongados aplausos)

CAMARADAS deputados:

Não distrairei vossa atenção com o relato de minhas impressões sobre a viagem pela Índia, Birmânia e Afeganistão, já que isso requereria muitíssimo tempo. Dizei, somente, que essas impressões são extraordinariamente fortes e emocionantes. São inolvidáveis. E a mais forte é a impressão dos encontros com o povo.

Esperávamos ter na Índia uma calorosa recepção, tanto por parte dos dirigentes como do povo. Mas o que experimentamos, desde os primeiros instantes de nossa estada ali, superou todas as nossas expectativas.

Tanto em Delhi, Capital da República, como em todos os demais Estados e cidades da Índia, receberam-nos centenas de milhares, milhões de pessoas. E eram recepções extraordinariamente cordiais, o que expressava o ardente carinho dos povos da Índia pelos povos da União Soviética.

Onde quer que aparecêssemos, nos víamos rodeados de amigos que saudavam a eterna e indestrutível amizade da Índia e da União Soviética. Com o mesmo calor e afeto com que uma família unida recebe a um irmão que rido eramos acolhidos, os emissários do grande povo soviético, pela grande família dos povos da Índia. (Prolongados aplausos).

Igualmente efusiva foi a acolhida que nos dispensaram os povos da Birmânia, o primeiro-ministro U. Nu e outros dirigentes da União Birmanesa. Com o mesmo afeto nos receberam no Afeganistão tanto o povo como o primeiro-ministro sr. Mohammed Daud e outros dirigentes algaos.

Estamos longe de supor que as manifestações de entusiasmo e do mais ardente carinho que nos tributavam os povos da Índia, Birmânia e Afeganistão eram feitas a título pessoal.

Víamos nelas o carinho e o respeito sem limites que os povos destes países amigos tributam aos povos da União Soviética.

Víamos nelas o sincero reconhecimento, pelos povos da Índia, Birmânia e Afeganistão, dos méritos históricos dos povos da União Soviética na luta pela paz mundial, pelo radiante futuro de toda a humanidade. (Tempestuosos aplausos)

Na Índia, Birmânia e Afeganistão mantivemos um amplo intercâmbio de opiniões com

os governos destes países sobre muitas e importantíssimas questões da política internacional. E em todas as partes havia uma geral compreensão mútua sobre todos os problemas que discutimos. E discutimos, principalmente, a coexistência pacífica de países com diferentes sistemas sociais e o ulterior desenvolvimento dos vínculos econômicos e culturais entre nossos países.

Durante as entrevistas tornava-se clara nossa unidade de pontos de vista e encontramos rapidamente soluções mutuamente aceitáveis sobre estas questões, bem como as fórmulas necessárias para as declarações conjuntas e os acordos.

Assim ocorreu na Índia, assim também ocorreu na Birmânia e no Afeganistão. É muito grato assinalar tal coisa.

Não quer isso dizer que, quando há boa vontade e honestidade de propósitos nos dirigentes dos países se podem e devem solucionar, por caminhos pacíficos, todos os problemas concernentes às relações entre os Estados, apesar da diferença de sistemas sociais?

Existem, com efeito, questões gerais, cuja solução é de todos os pontos de vista indiscutível e reciprocamente aceitável, estando igualmente interessados nelas todos os povos, vivam eles em países socialistas ou em países capitalistas. Podemos colaborar, com êxito, na solução dessas questões.

O exemplo mais palmar e convincente quicá o tenhamos nas relações entre a União Soviética e a Índia. Os sistemas social e estatal da União Soviética e da Índia se diferenciam entre si. Nós e os dirigentes da Índia temos diferentes pontos de vista sobre toda uma série de problemas. E, isso não o ocultamos, nem nós nem os nossos amigos dirigentes do Estado indiano.

No entanto, isto não nos impede, nem a nossos amigos indianos nem a nós, manter e desenvolver as relações amistosas entre a União Soviética e a Índia, atendo-nos aos cinco princípios da coexistência pacífica sobre os quais assentamos nossas relações com outros países. As relações cordiais e amistosas entre nossos países progridem e se desenvolvem.

Na mesma direção se desenvolvem nossas relações com a União Birmanesa e o Afeganistão, velho amigo e bom vizinho nosso.

Como resultado de nossa viagem à Índia, Birmânia e Afeganistão estabeleceram-se entre a União Soviética e estes países acordos econômicos em uma base de proveito mútuo, que servem aos interesses da União Soviética, da Índia, Birmânia e Afeganistão.

Em Estados como a República da Índia, a União Birmanesa e o Afeganistão vemos colegas com igualdade de direitos na luta pela paz mundial. Entre os dirigentes dos países que visitamos e nós existe um mesmo critério sobre as questões da luta pela paz. Estas questões são as principais, em sua solução está vitalmente interessada toda a humanidade.

Nossa viagem à Índia, Birmânia e Afeganistão e os resultados das negociações soviético-indianas, soviético-birmanesas e soviético-afegãs causaram boa impressão a todos os amigos da paz.

Não obstante, em alguns países nossa viagem foi acolhida com má vontade e inclusive com franca hostilidade por parte de certa gente, entre estas, personalidades oficiais, e suscitou furiosos ataques contra nós.

Isto se observa sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos da América. Ouviram-se também alguns ecos ou, melhor seja dito, algumas vozes isoladas, em outros países, por exemplo no Canadá, cujo ministro das Relações Exteriores, sr. Pearson, manifestou-se de modo nada perspicaz.

A que obedece isto?

Censuraram-nos, quiseram-nos doutrinar e outras formas de pressão sobre nós foram empregadas porque, segundo dizem, não fizemos bem em meter-nos com os colonialistas e em condenar com dureza essa forma de opressão e saque dos países coloniais e dependentes pelos imperialistas.

DISCURSO DE N. S. KRUSCHIOV

Que dissemos de novo sobre os colonialistas e os regimes coloniais, e porque nossas manifestações suscitaram tanto furor entre os colonialistas e seus advogados? Citamos fatos incontestáveis que todo o mundo conhece.

É um fato, por exemplo, que os colonizadores ingleses — não o povo, mas precisamente os colonizadores! — dominaram na Índia durante quase 2 séculos e que subjugarão, por muito tempo, os povos da Birmânia e Afeganistão.

A que conduziu isto?

Permito-me citar a um conhecedor tão autorizado da matéria como o primeiro ministro da Índia, sr. Jawaharlal Nehru, que desfrutava do respeito de todos.

Em seu livro «O Descobrimento da Índia», o sr. Nehru assinala que o «fato mais evidente é o caráter estéril do domínio inglês na Índia e a destruição da vida indiana por esse domínio. O poder estrangeiro — escreve — fecha inevitavelmente o acesso às fontes da energia criadora do povo sobre o qual domina. Quando o centro econômico e cultural deste Poder estrangeiro se encontra longe do país subjugado e quando, além disso, esse Poder se apoia no racismo, o divórcio é completo e origina a miséria espiritual e cultural dos povos subjugados».

Ao caracterizar as conseqüências da dominação inglesa na Índia, o sr. Nehru evoca a terrível onda de fome que açoitou o país durante a segunda guerra mundial. Eis o que diz:

«Ante nossos olhos aparecia o quadro da miséria e a aberração do domínio inglês. Era o ponto culminante e o resultado final da dominação inglesa na Índia. A fome não havia sido provocada por calamidades naturais, pelo jogo das forças da natureza, pelas operações militares nem pelo bloqueio inimigo. Todo observador competente estará de acordo em que era obra da mão do homem e em que aquilo podia ter sido previsto e evitado».

A isto se pode acrescentar que, segundo dados do economista indiano B. Sing, autor do livro «O Problema da Alimentação na Índia», somente nos últimos 25 anos do século XIX a Índia foi açoitada por 18 ondas de fome, perecendo de inanição durante aquele período 26 milhões de pessoas. No século XX, a fome assumiu proporções ainda maiores. Somente em 1943 morreram desta causa, na Índia, três e meio milhões de pessoas.

Tais são os fatos. E estes fatos nada dizem em favor dos colonialistas.

Não menos trágico foi o destino do povo birmanês, que também sofreu o domínio dos colonialistas ingleses. Já em 1824, a Inglaterra começou a luta armada pela conquista da Birmânia, que terminou em 1885 com a completa ocupação do país. Governava a Birmânia um governador geral designado pela Inglaterra e investido de atribuições ilimitadas.

Durante a segunda guerra mundial, a Birmânia foi ocupada pelo Japão. Depois da capitulação do Japão em 1945, as autoridades coloniais inglesas voltaram à Birmânia e tentaram restabelecer seu domínio. Mas as forças patrióticas da Birmânia, forçadas na luta contra a ocupação nipônica, lhes opuseram enérgica resistência. Em janeiro de 1948 os imperialistas ingleses viram-se obrigados a conceder a independência à Birmânia.

Os povos da Índia, como os povos da Birmânia e do Afeganistão, não convidaram os colonialistas a saquear estes países. Os colonialistas, ali implantaram seu domínio por meio de guerras de conquistas e rapina. Os territórios da Índia e da Birmânia não eram regiões desertas quando foram invadidos pelos colonialistas, mas eram países habitados por povos que possuíam elevada cultura. É notório, por exemplo, que a cultura dos povos da Índia não tinha porque invejar dos países da Europa, inclusive a Inglaterra. No entanto, a Índia era um país débil sob o ponto de vista militar, estava mal armada. Só por isso tornou-se presa dos colonizadores.

Agora os defensores do regime colonial dizem:

— Mas se fomos nós mesmos que, voluntariamente, concedemos a liberdade à Índia!... Mas isto, para dizer com suavidade, é uma discrição bastante convencional de como e porque tiveram os colonialistas de sair da Índia e aceitar a existência de uma República da Índia independente.

Viram-se obrigados a fazê-lo porque não tinham outra saída. Se tentassem manter-se por mais tempo na Índia, teriam sofrido enor-

mes perdas e, de toda forma, teriam sido expulsos do país pelo povo indiano tal como o povo chinês expulsou da China os colonialistas de toda a laia e à camarilha venal de Chiang Kai Shek (Tempestuosos aplausos)

Aos colonialistas apraz-lhes dizer, de vez em quando que desempenharam um grande papel histórico, difundindo a civilização. Estas fábulas são para os incautos ou para pessoas ingênuas, que não conhecem a história.

Mas, não será que, de fato, os colonialistas ingleses elevaram a cultura das massas populares nos países invadidos por eles, e ajudaram estes países a criar sua indústria, desenvolver a ciência e melhorar o bem estar do povo?

Não, eram saqueadores, na plena acepção da palavra. Saqueavam estes países e obstaram em muito seu desenvolvimento. Recordo que, quando visitamos uma granja leiteira em Bombaim, o primeiro ministro do Estado de Bombaim, sr. Desai, nos disse com amargura: tudo ficou reduzido a nada nos anos da dominação inglesa. Durante estes duzentos anos quase nos vimos reduzidos à barbarie.

Os povos da Índia, Birmânia e outros países em que dominaram os colonialistas necessitarão não poucos esforços para liquidar as terríveis conseqüências dessa dominação.

Porque é um fato que, até há pouco, mais de 80% da população da Índia e 63% da população da Birmânia se compunha de analfabetos.

Porque é um fato que o nível de vida da população da Índia, sob cuja exploração nadavam literalmente em ouro os capitalistas ingleses, é notavelmente inferior ao da população da Inglaterra. O mesmo cabe dizer-se em relação à Birmânia e a outros países onde dominaram, durante muito tempo, os colonialistas.

— Permitam-nos uma observação — podem dizer-nos os defensores do sistema colonial — estes países faziam parte do Império britânico e achavam-se em situação quase igual à da Inglaterra.

Mas, onde está esta igualdade?

Dela não encontramos o menor vestígio. O que vimos é que, enquanto durou sua dominação, os colonialistas ingleses construíram para si magníficos palácios, tanto na Índia como na Birmânia.

Criaram boas condições para o punhado de feudais que se puseram de seu lado e os apolaram. Mas o numerosíssimo povo da Índia foi colocado em uma situação de carência de direitos e era explorado da maneira mais cruel.

Como é lógico, o povo indiano não podia aceitar semelhante situação. O povo indiano, todos os seus lutadores contra o colonialismo na Índia, encabeçados por homens tão eminentes como Gandhi e Nehru e outros dirigentes, desempenharam um grande papel na conquista da independência política da Índia. E nós, desde logo, simpatizávamos com sua luta, nos alegrávamos com seus êxitos e lhes rendemos homenagem pelo valor que demonstraram nesta luta. (Prolongados aplausos)

Agora nos dizem que, ao nos pronunciarmos contra os colonialistas e desmascarmos sua política de rapina, manifestamos inimizade para com a Inglaterra e outros países, se bem que não tenhamos nomeado a estes outros países, nem tampouco tenhamos mencionado freqüentemente a Inglaterra. (Animação na sala). Mas não vamos brincar de esconde-esconde. Nós, como todo o mundo, sabemos quais foram os colonizadores da Índia, Birmânia e Afeganistão.

Sim, ao falar do papel reprovável dos colonizadores, nos referimos também aos colonialistas ingleses. Mas os colonizadores não são nem a Inglaterra nem seu povo. Os colonizadores ingleses nunca terão direito a identificar-se com o povo da Inglaterra.

Em nossos discursos nada houve que pudesse ofender, de modo algum, a Inglaterra ou ao povo inglês. Estimamos profundamente ao inteligente e laborioso povo inglês e queremos ser seus amigos. (Prolongados aplausos).

Não dissemos, tampouco, nada que seja injurioso ou ofensivo para o governo inglês. Mas condenamos e havemos de condenar o sistema colonial e consideramos que quanto antes se acabe com ele, tanto melhor, já que é um sistema profundamente injusto e canibalístico. Quanto antes se libertem dele os povos dos países coloniais, tanto melhor. Somos os verdadeiros amigos dos que lutam

contra a escravidão e a dependência coloniais. (Aplausos). Alegrar-nos-emos e saudaremos a liquidação dos regimes coloniais. Penso que a maioria do povo inglês também a saudará. (Aplausos). Pertencem ao passado, para não mais voltar, os tempos em que os colonialistas dominavam impunemente nos países coloniais e dependentes. Mas os próprios colonialistas, naturalmente, não quererão por vontade própria renunciar ao sistema que lhes permite saquear os povos. Seria irreal esperar tal coisa.

Com nossos discursos e nossos atos queremos expressar nossa simpatia e afeto aos povos que não se libertaram ainda do jugo colonial, à sua luta pela emancipação nacional. (Prolongados aplausos).

Compreendemos que os colonialistas se ofendem conosco não porque em nossos discursos condenamos a atividade desenvolvida no passado pelos colonizadores na Índia e Birmânia.

Pretendendo justificar de algum modo a atuação de seus predecessores na opressão dos povos dos países coloniais e dependentes, querem manter as posições atuais dos colonizadores, que são ainda muito fortes, pois continuam possuindo muitas colônias.

Tomemos por exemplo a África, que continua toda ela repartida entre países europeus e não europeus. Existem diversas formas, diversos métodos de praticar a política colonialista, mas nem por isso as cadeias da exploração colonial são menos duras. Estas cadeias estrangulam os povos dos países coloniais e dependentes, nêles despertam o ódio aos colonialistas.

Os povos destes países se erguem com decisão cada vez maior na luta contra os regimes coloniais. E nós simpatizamos com essa luta, desejamos êxitos aos povos que nela se empenham. (Tempestuosos aplausos).

É surpreendente como algumas personalidades míopes nos acusam de má vontade para com a Inglaterra e os EE.UU. e dizem que queremos inimizar estes países com a Índia, Birmânia e outros Estados. São eles os que cometem atos inamistosos para com estes países.

Que atitude podem ter, por exemplo, na Índia, ante a declaração feita pelo sr. Dulles e o ministro de Relações Exteriores de Portugal, sr. Cunha, sobre Goa?

Refleti no que foi dito por Dulles: permiti-se manifestar, sem meias palavras, que o território indiano de Goa deve pertencer a Portugal pelo único motivo de que os conquistadores portugueses se apoderaram dele há 400 anos.

A imprensa indiana recordou justamente, a propósito daquele motivo, ao sr. Dulles que faz 250 anos os atuais Estados Unidos da América eram uma colônia inglesa e que, segundo sua lógica, etc. Dulles, ainda deveria considerar-se súdito de Sua Magestade a Rainha da Grã-Bretanha. (Risos na sala. Aplausos).

Estar de acordo com a declaração do sr. Dulles significaria não somente consagrar como eternizar o sistema de opressão colonial.

É natural que não possamos estar de acordo com isso. Consideramos que, se trata de uma declaração não justa, derivada de uma atitude injusta para com os interesses dos povos. E o povo hindu, os dirigentes da Índia souberam apreciar, como merece, o comunicado Dulles-Cunha sobre Goa, que é um opróbrio para os Estados civilizados.

Permiti-me dizer, a este respeito, algumas palavras sobre outra questão que inquietava, com fundamento, ao povo indiano a chamada questão da Cachemira. Nikolai Alexandrovitch Bulgáin e eu, durante nossa estada na Cachemira, dissemos clara e terminantemente o que pensamos os soviéticos a respeito deste problema, que não surgiu no seio do povo, mas foi artificialmente exacerbado por certos Estados que pretendem atizar a hostilidade entre os povos.

Na Cachemira pudemos persuadir-nos de que seu povo considera seu território como uma parte inseparável da República da Índia. O povo de Cachemira resolveu esta questão de uma vez e para sempre, e estamos profundamente convencidos de que os cachemirenses, decidirão por completo seus assuntos sem ingerências estranhas agrade isso ou não agrade aos que desejam criar em Cachemira um foco de intranquilidade, de atritos internacionais. (Aplausos).

Os esforços do povo indiano e de seu governo por consolidar seu Estado e satisfazer os legítimos anseios de todas as nacionalida-

des da República da Índia são afins e compreensíveis para os soviéticos, como o são os esforços de todos os povos que lutam por sua independência nacional.

Em nossos discursos na Índia e na Birmânia dissemos que nosso país é a um tempo europeu e asiático, que uma grande parte de seu território está situada no continente asiático. Assinalamos que todos os povos da União Soviética, vivam na parte européia ou na parte asiática do país, independentemente da cor de sua pele e de suas crenças religiosas, constituem uma família unida e fraternal de povos, forte por sua indestrutível amizade. Todos os povos de nosso país estão unidos pelo grande objetivo da construção do comunismo. (Tempestuosos aplausos).

A União Soviética é um grande Estado multinacional integrado por 16 repúblicas federadas, iguais em direitos e livremente associadas. Todo o Poder em nosso país pertence à classe operária, aos camponeses trabalhadores e aos intelectuais, quer dizer, aos trabalhadores da sociedade soviética.

Sempre nos colocamos contra a opressão nacional, contra a exploração do homem pelo homem, seja qual for a forma por que se manifeste, e com tanto maior motivo contra o domínio dos colonialistas que tantas calamidades trouxe à humanidade. Isso nós o expusemos uma vez mais, com toda a franqueza e clareza em nossos discursos na Índia e na Birmânia, destacando que o sistema colonial é um sistema antipopular e profundamente injusto.

Por que se alvorocaram tanto, agora, os colonialistas?

Alvorocaram-se porque nossas palavras gozam de enorme simpatia entre as massas populares. E não somente nos lugares em que falamos, mas também ali onde chegaram referências de nossos discursos e onde ainda ouvirão falar mais de uma vez da firme posição da União Soviética, que condena o sistema colonial de opressão e subjugamento dos povos. (Tempestuosos aplausos)

Estas palavras são verazes e os imperialistas não lograrão contê-las com nenhuma cortina de aço.

Deve-se assinalar que a posição de Dulles é censurada não só pelos adversários do colonialismo, como também por pessoas que não se colocam contra o regime colonial. Bastaria citar apenas um discurso do senador norte-americano Kefauver.

«Antes de tudo — diz este senador — os Estados Unidos devem renunciar por completo ao colonialismo à moda antiga na Ásia».

Notal que o sr. Kefauver exorta a renunciar não ao colonialismo em geral, mas ao colonialismo «à moda antiga». (Risos, animação na sala)

Ele quereria que os colonialistas buscassem novas formas para consolidar sua dominação colonial, propugna um colonialismo «à moderna».

Por isso exorta: «não devemos permitir que nossa ajuda seja utilizada para apoiar maus governos».

É uma confissão muito valiosa.

Os colonialistas vêem que os povos se levantam energeticamente contra a escravidão colonial. Vêem que os povos estão dispostos a fazer sacrifícios, a realizar valorosas façanhas, a lutar abnegadamente pela liberdade e a independência nacional de seus países. Os povos já expulsaram os colonialistas de toda uma série de países.

A luta do grande povo chinês, que, tendo-se libertado do jugo da opressão estrangeira, tomou seu destino em suas próprias mãos e sob a direção do glorioso Partido Comunista criou a poderosa República Popular Chinesa e hoje constrói com êxito o socialismo, é um exemplo encorajador para todos os povos dos países coloniais e dependentes. (Tempestuosos e prolongados aplausos).

Hoje, os colonialistas decidiram mudar as formas de seu domínio colonial. Recorrem cada vez menos a formas tão brutais de violência como o envio de tropas aos países coloniais e a outros atos de grosseira ingerência nos assuntos dos países subjugados.

Agora fazem tudo isto com mais sutileza: subornam aos poderosos, implantam «bons governos», criam blocos agressivos no estile do Pacto de Bagdad.

DISCURSO DE N. S. KRUSCHIOV

Destinam meios para a chamada «ajuda econômica», entregam «sem compensações» armas a alguns países. Mas, para pagar essas armas os Estados que as recebem devem proporcionar aos colonialistas carne de canhão, criar grandes exércitos e extenuar, assim, a seus povos.

Os colonialistas dão como «ajuda» um dólar para logo receber dez à custa da exploração dos povos que aceitaram semelhante «ajuda». Depois de obter isso subjugam os povos também politicamente. Tais são as «novas» formas de dominação dos colonialistas.

E isto não somente se refere aos países da Ásia e África ou a outros países subdesenvolvidos. Hoje, os monopolistas dos Estados Unidos da América penetram intensamente com tais formas de «ajuda» nos países da Europa. E a NATO contribui também fortemente para esse mesmo objetivo.

Como explicar a «bondade» dos Estados Unidos da América, que fornecem armamento gratuito aos países da Europa, inclusive à Alemanha Ocidental, que também é país altamente desenvolvido? Tendem ao mesmo objetivo: sujeitar com uma cadeia de ouro não só aos países subdesenvolvidos, como também aos altamente desenvolvidos.

Denunciando esta política, dissemos que a NATO e outros blocos semelhantes são organizações que perseguem objetivos políticos e econômicos de longo alcance.

Diz-se que a NATO foi criada porque a União Soviética se manifesta agressiva e que por isso deve-se formar um exército unido, superpotente, dos Estados componentes da NATO e opô-lo à União Soviética e a todos os países do campo socialista.

Não é difícil compreender a quem e para quem servem tais falsidades. Recorrem a elas para desviar a atenção das massas populares das modificações que se estão operando nos países que dependem cada vez mais dos monopolistas norte-americanos.

Mas já começa a dissipar-se a miragem artificialmente criada e o povo começa a ver onde está a verdade e onde está a mentira.

O povo começa a raciocinar assim: se a União Soviética se tivesse proposto, com efeito, abrir caminho ao novo regime social em outros países mediante a guerra, tê-lo-ia feito há muito.

E na verdade, quem não sabe que ao fim da guerra o exército mais forte era o do País Soviético? Nada teria impedido então à União Soviética fazer avançar seu exército, plenamente mobilizado, e ocupar toda a Europa. Mas isso não ocorreu nem podia ocorrer.

E' bem conhecida a tese do marxismo-leninismo de que as revoluções não se exportam, mas se realizam pelos próprios povos que lutam por sua emancipação. Os soviéticos seguiram e continuarão seguindo sempre o caminho — assinalado por Lênin — da coexistência pacífica, que consagra a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados. (Prolongados aplausos).

Por que, pois, logo após o término da guerra, alguns círculos imperialistas fomentaram a psicose bélica, tratando de intimidar aos povos com uma pretensa «ameaça soviética»?

Fizeram-no com o sórdido fim de obter lucros.

Seu objetivo é claro: os imperialistas disto necessitam para despojar impunemente o povo, desenvolver às custas dos enormes impostos a indústria bélica, no que estão interessados os senhores dos monopólios que trabalham para a guerra.

Nisto ganham enormes capitais. Basta recordar que os grandes monopólios dos Estados Unidos obtêm agora na produção bélica lucros que superam, em mais do dobro os obtidos durante a guerra.

Segundo dados prévios, em 1955 os lucros das corporações norte-americanas ascenderam a 43 bilhões de dólares. Assim é que os monopolistas têm meios para prestar isso que chamam «ajuda» aos países aos quais os EE. UU. atraem à esfera de sua influência. Na realidade, não se trata de ajuda, mais de algumas migalhas da mesa do senhor, que implicam em compromissos avassaladores.

A União Soviética condena esta política. Baseia suas relações com todos os países na igualdade de direitos e nas vantagens mútuas, na não ingerência nos assuntos internos de outros países.

Quando prestamos ajuda econômica ou técnica a um país, fazemo-lo como amigos, sem impor condições.

Não temos capitais de sobra. Nossa economia se ajusta a um plano. Não estamos interessados na exportação de capitais, nem tampouco na exportação de mercadorias, que produzimos na quantidade necessária para nosso país, para nossos aliados e para assegurar o comércio com outras nações. Até agora produzimos algumas mercadorias em menor quantidade do que a necessária para satisfazer as crescentes necessidades do país.

Apesar disso, consideramos como um dever compartilhar o que temos com nossos amigos, ajudá-los fraternalmente. Esta ajuda, prestada em condições reciprocamente vantajosas, é útil para ambas as partes. Nossos amigos vêem que obtêm nossa desinteressada ajuda a expensas de nossos recursos internos. E isto não podem deixar de apreciá-lo, já que é testemunho de nossos honestos propósitos.

Nestas condições, os monopolistas não têm mais remédio senão adaptar-se de algum modo. Certas personalidades burguesas mais sensatas falam, agora, de que é preciso reforçar a ajuda econômica dos países capitalistas aos países subdesenvolvidos. Que o façam. E' muito melhor que arrastar estes países a blocos e alianças militares.

A ajuda que se propõem facilitar os países capitalistas aos Estados que conquistaram há pouco sua independência não pode deixar de ser considerada também como uma espécie de ajuda da União Soviética a estes países. Se não fora a União Soviética, acaso os círculos monopolistas e os Estados imperialistas teriam decidido ajudar aos países subdesenvolvidos? Claro que não. Antes, isso jamais havia ocorrido. (Animação na sala. Aplausos).

Mas já declarei que essa pretensa ajuda «gratuita», gratuita tal como a entendem os capitalistas, pode conduzir de fato à subjugação dos que a recebem, se nestes países é aceita sem discernimento.

Recentemente, ao fazer um balanço dos êxitos obtidos pelo governo conservador, o sr. MacMillan, ex-ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, disse, entre outras coisas, que o governo havia conseguido resolver favoravelmente as questões com o Irã, em consequência do que o petróleo de Abadan afluía, em torrentes, à Inglaterra.

Mas são riquezas pertencentes ao Irã as que afluem. Aflui ouro do Irã aos cofres dos bancos ingleses, norte-americanos, holandeses e franceses. E isso ocorre quando os povos do Irã sofrem privações. Ao «ajudar» o Irã, levam a preços ínfimos o petróleo iraniano e lucram com isto, com a fome e a miséria do povo iraniano.

Não dizemos aos povos da Ásia que não aceitem a ajuda que lhes oferecem os monopolistas norte-americanos e ingleses. Mas lhes advertimos honradamente de que devem ter cuidado com essa «ajuda», pois os monopolistas não dão nada de graça.

Os capitalistas não fazem nada a título gratuito. O capital não pode existir sem lucros.

CAMARADAS deputados:

Já disse que conservamos a recordação mais grata de nossa estada na Índia, das entrevistas com os dirigentes do Estado indiano, com os dirigentes dos Estados, com os operários, camponeses e intelectuais da Índia, com todos aqueles a quem tivemos ocasião de conhecer.

Muito prezamos a amizade com a Índia, com seu grande e laborioso povo, a amizade com o sr. Nehru e outras destacadas personalidades da Índia com as quais estabelecemos contato, e queremos manter e desenvolver nossas amistosas relações.

Tanto nossos amigos indianos como nós queremos desenvolver e fortalecer estas relações de amizade sem menoscabo das relações amistosas da Índia e da União Soviética com outros Estados.

Compreendemos nossa amizade no sentido de que não deve limitar-se a manter laços amistosos com um, dois ou alguns Estados. Queremos ter amizade com todos os países.

Por isso, alegram-nos as relações amistosas que se desenvolvem entre nossos amigos e outros Estados, inclusive Estados com os quais temos ainda, por um ou outro motivo, relações algo tensas, frias. Através da

Índia, a quem consideramos nossa amiga, confiamos em melhorar nossas relações com esses Estados.

Sempre temos desejado e desejamos sinceramente a amizade com todos os países, inclusive os países capitalistas. Em particular, quiséramos viver amistosamente com os países capitalistas mais fortes: com os Estados Unidos da América, Inglaterra e França.

Se conseguíssemos isto — e isto não depende fundamentalmente de nós, mas sim dos governos e dos povos dos EE. UU., Inglaterra e França — criar-se-iam condições para uma verdadeira coexistência e emulação pacíficas dos dois sistemas.

Lamentavelmente, não conseguimos isto até agora, mas não perdemos as esperanças e não poupamos esforços, orientando nosso trabalho neste sentido. (Aplausos).

Entre nós, encontra plena compreensão e apoio a atitude dos dirigentes da Índia, que declararam ocupar a Índia uma posição de neutralidade entre nós e outros Estados. A Índia é efetivamente um Estado neutro e merece a confiança e o respeito tanto de nossa parte como da parte de outros Estados.

Mantemos as relações mais fraternais com a grande República Popular da China. Os povos de nossos países são irmãos.

Entre nós e a República da Índia estabeleceram-se e se fortalecem também boas relações de amizade. Em todos os lugares que visitamos na Índia escutam palavras saídas do próprio coração do povo: «Hindi, rusi, bhai, bhai!» — «Indianos e russos são irmãos!» (Tempestuosos aplausos).

A União Soviética, a República Popular China e a República da Índia integram a metade do gênero humano e são uma poderosa força na luta pela manutenção e a consolidação da paz mundial. (Tempestuosos aplausos).

CAMARADAS deputados:

Ao examinar os resultados da nossa viagem à Índia, Birmânia e Afeganistão e ao analisar nossas intervenções nestes países, algumas personalidades estrangeiras, assim como os jornalistas burgueses menos escrupulosos, acusam a União Soviética de renunciar ao espírito de Genebra. Isto não é certo.

Participamos ativamente da importante contribuição dada para o alívio da tensão internacional como resultado do encontro dos Chefes de Governo das quatro potências em Genebra.

Lutamos por esse alívio tanto na Conferência dos Chefes de Governo como na Conferência dos ministros de Negócios Estrangeiros, às quais se encomendou o exame de problemas tão transcendentais como são a garantia da segurança na Europa e a questão alemã, com ela relacionada, o problema do desarmamento e o do desenvolvimento de contatos entre o Leste e o Oeste.

Não é nossa culpa se ainda não se conseguiram os resultados pelos quais lutam os povos pacíficos, que se esforçam por alcançar uma sucessiva melhoria da tensão nas relações internacionais e o fortalecimento da paz.

As Conferências de Genebra dos Chefes de Governo das quatro potências e dos ministros de Negócios Estrangeiros, em particular a primeira, foram calorosamente saudadas por todos os povos do mundo. O desejo dos povos de conseguir um alívio na tensão internacional e de consolidar a paz obrigava aos participantes destas conferências a estruturar suas intervenções e propostas de acordo com esse desejo.

Lamentavelmente, devemos reconhecer que os representantes das potências ocidentais na Conferência dos Chefes de Governo não passaram de palavras melifluas em favor do alívio da tensão internacional. Isto se refere sobretudo a seus ministros de Negócios Estrangeiros, que não deram provas de querer trabalhar e esforçar-se realmente para alcançar os objetivos colocados ante eles pela Conferência dos Chefes de Governo.

Isso indica que os governos das potências ocidentais, ao enviar seus altos representantes à Conferência dos Chefes de Governo das quatro potências, não desejavam resolver de um modo concreto os problemas que figuravam na agenda da Conferência. Ao comparecer a esta Conferência, faziam uma concessão à opinião pública, que exercia pressão sobre eles.

O fato mesmo da celebração da Conferência dos Chefes de Governo das quatro potências, as declarações nela feitas, o progra-

ma traçado pelos Chefes de Governo para seus ministros de Negócios Estrangeiros, tudo isso contribuiu, naturalmente, para atenuar a tensão internacional despertando a esperança de que seriam dados passos mais concretos para evitar os conflitos bélicos e para liquidar a guerra fria. Assim nasceu o espírito de Genebra.

Os povos saudaram-nos porque querem tranquilidade, querem que diminuam os impostos, que se reduzam os gastos destinados a armamentos e que esses recursos gigantescos sejam dedicados a elevar o nível de vida da população. Tal é o desejo concreto dos povos.

Mas o que agrada precisamente aos povos, o que constitui o sonho dos povos, não agrada aos capitalistas que fabricam bombas atômicas e de hidrogênio e outras armas. Na perspectiva da redução dos armamentos e, mais ainda, na de desarmamento, os monopolistas viram perspectivas de diminuição dos lucros, com o que eles de modo algum querem conformar-se.

Esta é a razão pela qual imediatamente após a Conferência dos Chefes de Governo das quatro potências, os que fabricam meios de extermínio e os que cumprem suas determinações ocupando postos de direção nos Estados capitalistas, não só não trataram de aprofundar e ampliar o espírito de Genebra, mas pelo contrário, pretenderam destruí-lo no nascedouro.

No que diz respeito à União Soviética, seus representantes, tanto no curso da entrevista dos Chefes de Governo como durante a Conferência dos ministros de Negócios Exteriores das quatro potências, fizeram tudo o que estava a seu alcance para conseguir resultados positivos.

Lamentavelmente, não encontramos reciprocidade para com esse desejo nosso, e os problemas em que tão interessada está toda a humanidade não foram resolvidos.

Não pouparemos energias para conseguir que estes problemas encontrem, por fim, uma solução favorável. Mas para isso não bastam apenas nossos esforços. São necessários, também, os esforços de nossos colegas.

Finalmente, as forças da opinião pública, as forças de milhões de pessoas que se manifestam pela garantia da segurança, pelo desarmamento, pelo alívio da tensão internacional e pela cessação da guerra fria, estão destinados a desempenhar um enorme papel.

Atualmente, o problema mais premente é o da garantia da segurança européia. Da solução desse problema depende a de outros problemas internacionais. Não obstante, sabemos que nossos colegas de negociações — os Estados Unidos, Inglaterra e França — opõem a este problema a questão alemã.

Sua posição consiste em incorporar a República Democrática Alemã à Alemanha Ocidental, liquidando as conquistas sociais dos trabalhadores da R. D. A., e em armar até os dentes este Estado alemão unificado e, ainda mais, incluí-lo na NATO. Em tais condições não têm inconveniente em firmar um tratado de «segurança européia», em que pese o fato de que isso, longe de conduzir à garantia da segurança européia, faria crescer muito a ameaça de desencadeamento de uma nova guerra na Europa, com todas as suas graves consequências para os povos.

Os defensores dessa posição não escondem que esta combinação militar foi idealizada com o fim exclusivo de fortalecer o campo dos países que integram a NATO e de proporcionar a este campo uma superioridade de forças que obrigaria a URSS e os países de democracia popular a capitular ante eles e aceitar suas condições. Boa «segurança»!...

Toda pessoa sensata compreenderá que esses planos não serão realizados. E se efetivamente se quer resolver o problema de garantir a segurança européia, há que abordá-lo seriamente, levando em conta a situação real.

Essa situação real se distingue, antes de tudo, pelo fato de que no território da Alemanha existem atualmente dois Estados com diferentes sistemas políticos e sociais, dos quais um — a República Democrática Alemã — segue o caminho da luta pelo fortalecimento da paz e da democracia, enquanto que os dirigentes do outro Estado — a República Federal Alemã — são partidários da política «de posições de força», com a particularidade de que a própria R. F. A. faz parte do agressivo bloco da NATO.

DISCURSO DE N. S. KRUSCHIOV

Que indica isto? Indica que nas atuais condições não há uma possibilidade real de reunir estes dois Estados alemães tão distintos entre si. Mas, quer dizer isso que nos momentos atuais não existe a possibilidade de garantir a segurança coletiva na Europa e de contribuir assim para a garantia da paz no mundo inteiro? Não, não quer dizer tal coisa.

Na garantia da segurança européia, na criação de condições para o fortalecimento da paz, estão interessados Inglaterra e U.R.S.S., França e Polónia, Tchecoslováquia e Bélgica, todos os países europeus, assim como também os E.E. U.U.

Se se parte realmente disso e se consideramos que os dois Estados alemães, que atualmente pertencem a agrupamentos de Estados opostos entre si, poderiam participar muito bem de um sistema geral europeu de segurança que substituisse a esses dois agrupamentos, o problema pode ser resolvido como o exigem os interesses dos povos.

Não vemos outra solução. Ninguém nos obrigará a fortalecer com nossas próprias mãos um bloco militar dirigido contra a União Soviética e outros Estados pacíficos. (Aplausos.)

E isto é precisamente o que buscam aqueles que nos propõem aceitar uma unificação da Alemanha que implicaria a participação da Alemanha unificada em um agressivo bloco anti-soviético.

Quiséríamos que neste problema fôssemos compreendidos como é devido, em primeiro lugar, pelos alemães, sobretudo na Alemanha Ocidental. Os povos da U.R.S.S., da Alemanha e dos países europeus de democracia popular foram arrastados duas vezes a sangrentas guerras mundiais, e os povos de nosso país e da Alemanha são os que mais vítimas tiveram nessas guerras. Convia que agora se pensasse nisto e se encontrasse uma solução acertada que evitaria no futuro a repetição de fatos semelhantes.

No que diz respeito a nossas relações com a Alemanha Ocidental, mais de uma vez dissemos que, tanto no interesse da União Soviética como no da República Federal Alemã, conviria estabelecer entre nossos países boas relações de amizade. Existem todas as condições necessárias para que essas relações se estabeleçam.

Assinalarei de passagem que nossos esforços por garantir a segurança européia e resolver, em consonância, o problema alemão, de modo algum se acham em choque com os interesses da Inglaterra e da França. Ao contrário, se aceitamos, por um instante, que chega a realizar-se o sonho absolutamente irreal dos belicistas dos Estados Unidos de incluir a Alemanha unificada em um bloco agressivo, é duvidoso que os franceses e os ingleses pudessem viver tranquilos. Os reacionistas alemães teriam então as mãos livres, por-se-iam a fazer o que lhes apetece e, naturalmente, a França seria para eles um bocado apetitoso.

Não dizemos isso porque queríamos que ocorra assim. Não, faremos todo o possível para que isso não aconteça. Mas a experiência da história ensina que semelhante perigo existe, tanto mais porque a França é mais débil que a União Soviética e os países de democracia popular; e a Inglaterra também o é.

Por isso, desejaríamos com sinceridade que na França e Inglaterra nos compreendessem com justiça. Não seria melhor para nós, em vez de gastar as energias na preparação para a luta de uns contra outros, que estabelecessem contato em nossa atividade e encontrássemos uma solução acertada para a questão da segurança européia? (Prolongados aplausos.)

A propósito disso, quero recordar que as propostas feitas em Genebra pelo primeiro ministro da França, sr. Faure, e o primeiro ministro da Inglaterra, sr. Eden, oferecem uma base para as negociações destinadas a garantir a segurança na Europa.

Um acordo sobre esta questão facilitaria também a solução de outros problemas muito importantes, entre eles os do desarmamento.

É bem conhecido de todos que tanto nas conferências de Genebra como na O.N.U., a União Soviética apresentou diversas propostas concretas sobre a redução dos armamentos, a proibição das armas atômicas e de hidrogênio e o estabelecimento de um controle internacional. A consecução de um acordo em torno destas questões viu-se frustrada pela mudança de atitude dos E.E.U.U., que des-

tiram súbitamente de suas propostas anteriores quando estavam de acordo em aceitá-las como base.

Agora, os E.E.U.U., retirando da essência da ordem do dia o problema da redução dos armamentos, colocam em primeiro plano a única proposta formulada pelo presidente Eisenhower em Genebra: o intercâmbio de informação militar e a fotografia aérea livre.

Indicamos já que a proposta da fotografia aérea não resolve o fundo da questão. Quando não se prevê na realidade nenhuma redução dos armamentos, senão que, pelo contrário, inclusive pensa-se em aumentá-los, os vãos sobre territórios e a fotografia aérea não podem contribuir mais que para insuflar as paixões bélicas e a psicose da guerra. Então o que resulta não é um controle e nem sequer um arremedo de controle. Praticamente, isso se converte em um meio que se emprega para conhecer melhor as forças do outro país.

Não é evidente que as informações obtidas deste modo podem ser utilizadas para determinar o momento mais oportuno de ataque súbito contra esse país? Pergunta-se: em que isto se diferencia do que se chama serviço de informação militar? Realmente, não se diferencia em nada.

Outra coisa é abordar de modo real o problema do desarmamento: pôr-se de acordo sobre o nível dos armamentos e sobre a interdição das armas atômicas e de hidrogênio, estabelecer um sistema de controle internacional, razoável e aplicável já nas presentes condições, nos entroncamentos ferroviários, bases navais, aeródromos e outros pontos, um sistema que torne possível evitar a agressão repentina de um país a outro. Estas medidas são plenamente realizáveis e seriam saudadas por todos os povos.

Alguns adversários do desarmamento partem da falsa premissa de que têm certa superioridade de força, razão pela qual, segundo eles, não lhes convém desarmar-se. Temos advertido e advertimos a esses apologistas da decadente política «de posições de força» que podem falhar seriamente em seu jogo de azar. (Tempestuosos e prolongados aplausos.)

Não queremos assustar a ninguém e menos ainda jactar-nos dos progressos técnico-militares alcançados por nosso país. Mas para aplacar a fogueira dos campeões mais ardorosos da corrida armamentista, devemos recordar os resultados das recentes provas da novíssima bomba de hidrogênio soviética.

Como já se anunciou, a potência desta arma é equivalente à de muitos milhões de toneladas de matérias explosivas comuns e pode ser consideravelmente aumentada. Nós continuamos propugnando pela proibição da produção, das provas e do emprego de todas as classes de armas atômicas e de hidrogênio. Mas aos que se opõem a isso conviria não esquecer os resultados das referidas provas. (Tempestuosos aplausos.)

Reveste-se de grande importância também a questão do desenvolvimento dos contatos entre o Leste e o Oeste, que foi examinada em Genebra. A União Soviética coopera de fato para o incremento desses contatos. Aspirando ao alívio da tensão internacional e ao estabelecimento de contatos práticos com diferentes personalidades estrangeiras, não temos negado e não negamos, por exemplo, o visto a quantos manifestam desejos de visitar a U.R.S.S. e conhecer sua vida.

Este ano passaram por nosso país muitos senadores e congressistas norte-americanos, que acolhemos e com os quais conversamos prazerosamente.

Pela União Soviética, viajaram livremente muitos correspondentes de jornais reacionários norte-americanos, especializados na fabricação dos artigos anti-soviéticos mais absurdos. Sabiam que o eram, mas, não obstante, lhes autorizamos a visitar a URSS, ainda que soubéssemos que esses jornalistas vinham a nosso país para continuar escrevendo no espírito da guerra fria.

Em troca, as autoridades dos E.E.U.U. só permitiram até agora a visita à América do Norte a uma reduzida delegação agrícola, a uma delegação de trabalhadores da construção e a um único grupo de jornalistas soviéticos que, dito seja de passagem, estiveram visto durante nove meses. Alguns deles, durante esse tempo, se tornaram pais. (Risos na sala. Aplausos.)

Desejamos reforçar os contatos dos soviéticos com os círculos mais diversos dos E.E. U.U. e de outros países. Desejamos for-

talescer a amizade recíproca, mas não a ingenuidade de outros países nos assuntos internos da União Soviética, como assim chegou a propor em Genebra. Naturalmente que em relação a isto nunca transigiremos.

Deve-se assinalar, de passagem que alguns homens de Estado do Ocidente dão provas nos últimos tempos de suscitar uma interpretação do espírito de Genebra que é, pelo menos, estranha. Querem que a União Soviética desarme, ela so, a seu exercício, querem que nos desarmemos também moral, espiritual e ideologicamente.

As divagações sobre esse tema não são novas nem o primeiro ano em que se verificam, ainda que a vida já tenha dado muitas vezes uma aula lição aos que tentaram impor à União Soviética este gênero de condições.

Não descubro nenhum segredo se digo que é nos Estados Unidos da América onde se propaga com maior zelo essa política não realista em relação a União Soviética, sendo o sr. Dulles, atual secretário de Estado norte-americano, quem se encarregou de desempenhar o reprovável papel de original teórico desta política.

É precisamente o sr. Dulles quem desde há muito tempo, vem propagando ativamente as decantadas idéias da «reversão», do «contragolpe maciço» e outras coisas absurdas.

Sem querer, pelo visto, ter em conta a realidade, certos círculos dos Estados Unidos da América tentam continuar emuregando nas condições atuais, depois da Conferência de Genebra dos Chefes de Governo das quatro potências, a linguagem da política «de posições de força» desde há muito fracassada. Daí partem todas essas divagações acerca de que é necessário «continuar pressionando» sobre a União Soviética e «obrigar os vermelhos a retroceder».

Neste sentido deve-se mencionar especialmente a posição adotada agora por algumas personalidades destacadas dos E.E. U.U., entre elas o Presidente Eisenhower, que, como é notório, falou bastante em Genebra da necessidade de atenuar a tensão internacional.

Refiro-me, em particular, às chamadas «mensagens de Natal» do Presidente Eisenhower, do secretário de Estado Dulles e de outras altas personalidades da América do Norte aos povos dos países de democracia popular, mensagens que estão em absoluto divórcio com o espírito de Genebra e significam apenas uma oficial ingerência nos assuntos internos de Estado livres e soberanos, membros da Organização das Nações Unidas.

Em suas «mensagens de Natal» os dirigentes norte-americanos declaram que «rezam» pela mudança do regime vigente nesses países e prometem abertamente o «concurso» dos Estados Unidos da América nesta empresa.

É isto por acaso testemunho do desejo de conciliação, do afã de fortalecer e ampliar o espírito de Genebra?

Nada disso. Isto produz o efeito contrário, condu a exacerbação das paixões e, por conseguinte, a uma nova corrida armamentista, ao agravamento da ameaça de guerra.

Seria para mim muito grato não ter que falar de tudo isto, particularmente do sr. Eisenhower, por quem sinto especial estima. É possível que digam que Kruschiov, ao referir-se a estas questões queria liquidar com o espírito de Genebra. Mas não sou eu quem as suscita. A única coisa que faço é responder aos que, violando o espírito de Genebra, se imiscuem abertamente nos assuntos internos dos países de democracia popular, aliados e amigos nossos.

E já que falamos das «mensagens de Natal», que adquirim um caráter político tão definido, é fácil compreender aos autores dessas mensagens, que representam firmas de bastante peso. Tomemos, ainda que só ao sr. Harriman, importante representante desse grupo. Sabe-se que o sr. Harriman possui muitos milhões. Os outros são donos também de bons capitais maiores ou menores. Deus sabe quanto, nós não os contamos; mas se têm menos milhões que Harriman, está fora de dúvida que querem possuir mais que ele. (Animação na sala.)

Assim pois, aqui não há nenhum desejo pela alma humana senão que pela própria bolsa. (Risos na sala. Aplausos.)

Quando os autores das «mensagens de Natal» advogam a mudança de regime nos países de democracia popular se pronunciam pelos Bata, os Rauziwili, os Potocki, os Bratianu e outros grandes capitalistas e magnatas agrários que os trabalhadores dos países de democracia popular expulsaram dos mencionados países. (Aplausos.) Mas não se pode identificar os povos desses países com os Bata, os Rauziwili, os Potocki, os Bratianu e outros.

As ligações dos autores norte-americanos das nada religiosas «mensagens de Natal» com os capitalistas expulsos ou forçados dos países de democracia popular são estreitíssimas. O desejo desses magnatas norte-americanos de mudar o novo regime nos países de democracia popular obedece a que querem neles restabelecer o regime capitalista, devolver as fábricas e empresas aos capitalistas, entregar a terra aos grandes magnatas agrários.

Quanto ao sr. Harriman, não só deseja que a esses países voltem os capitalistas, senão que, pelo visto, é mesmo que assenhorear-se da economia da Hungria, como o fez até a instauração do Poder democrático popular neste país.

Mas não se pode voltar ao velho Nenhumha classe de mensagens de Natal ajudará aos latifundiários, aos capitalistas, aos banqueiros, aos grandes comerciantes e outros exploradores, que foram expulsos de seus países pelos trabalhadores dos Estados democrático-populares. (Tempestuosos e prolongados aplausos.)

Podemos citar o exemplo de nossa própria experiência. Quando os povos de nosso país derrubaram o regime capitalista e criaram o primeiro Estado operário e camponês do mundo eram numerosos os defensores do velho regime capitalista, tanto dentro do país como no estrangeiro, que rezavam a mais não poder pelo restabelecimento do velho regime capitalista na Rússia.

No estrangeiro rezavam com fervor pelos Milukov, os Terrenhenko, os Yuz, os Riabushinski e outros representantes do grande capital, pelo retorno do Poder dos capitalistas e dos latifundiários. Mas que resultou de tudo isto?

Fracassaram todas as tentativas do imperialismo internacional de restaurar o regime capitalista em nosso país. Encabeçado pelo Partido Comunista, seu guia provado, o povo soviético esmagou a todos os que pela força das armas ou por outros meios tentaram restabelecer o regime capitalista na Rússia.

Os povos de nosso país marcharam resoluta e firmemente pelo caminho do desenvolvimento socialista e foram os primeiros que construíram no mundo a sociedade socialista tornando realidade o sonho secular da humanidade trabalhadora. E criaram uma poderosa indústria socialista, cujo nível de desenvolvimento se caracteriza pelos seguintes dados: em 1955, a produção global de toda a indústria da URSS ultrapassou em 27 vezes o nível de 1913. A produção dos meios de produção aumentou em 60 vezes; a de energia elétrica, em 86 vezes e a de maquinaria em mais de 160 vezes. (Tempestuosos e prolongados aplausos.)

Cresce e se desenvolve a agricultura do nosso país.

Enquanto antes da Revolução 76 por cento da população da Rússia era de analfabetos, já antes da segunda guerra mundial em nosso país o analfabetismo havia sido liquidado no fundamental.

Neste ano, às escolas e aos centros de ensino médio profissional, em nosso país, comparecem cerca de 35 milhões de alunos. Nos centros de ensino superior estudam atualmente 1.865.000 pessoas. Na União Soviética se prepara um número consideravelmente maior de especialistas que na Inglaterra, França, Itália e outros países capitalistas da Europa Oriental tomados em conjunto. (Aplausos.)

Por algo um inimigo tão ativo do comunismo como o sr. Churchill, que não só rezou pelo restabelecimento do regime capitalista em nosso país; mas que quis restaurar este regime na Rússia pela força das armas, se vê obrigado a reconhecer agora que

DISCURSO DE N. S. KRUSCHIOV

a União Soviética deixou muito para trás os países capitalistas na preparação de especialistas. Isto, que desconsola ao sr. Churchill, a nós causa grande alegria. (Tempestuosos aplausos).

Os admiráveis resultados do desenvolvimento de nosso país constituem um exemplo alentador para os trabalhadores dos países de democracia popular e para os povos de outros países.

Os povos do mundo inteiro, entre eles os das colônias e os Estados dependentes, atuam cada vez mais energeticamente contra a exploração do homem pelo homem, contra a opressão de uns países por outros.

E nisto não se pode deixar de ver a expressão da grande força da doutrina marxista-leninista, que cala na consciência de milhões e milhões de seres de todos os continentes. O futuro pertence a esta doutrina. (Tempestuosos e prolongados aplausos). Os trabalhadores dos países de democracia popular, que se persuadiram pela própria experiência de que só a derrubada do poder dos capitalistas e a passagem do Poder às mãos do povo conduz à verdadeira liberdade, responderão a todas as maquinacões de seus detratadores agrupando-se mais ainda em torno de seus Partidos Comunistas, de seus Partidos Operários, de seus Partidos do Trabalho.

Por muito que se enfureçam os capitalistas não conseguirão desarticular o campo socialista. Continuaremos marchando pelo caminho que traçou o grande Lênin. Continuaremos marchando juntos de mãos dadas, varrendo o caminho, em nossos países, tudo que impeça o avanço para a construção da sociedade comunista (Tempestuosos e prolongados aplausos).

Os políticos mais sagazes e ponderados da Inglaterra, dos Estados Unidos da América e da França, dão-se conta de que a posição adotada nos últimos tempos por alguns círculos das potências ocidentais se acha em oposição ao espírito de Genebra.

Mencionarei ainda que tão-somente algumas manifestações recentes de lord Chorley, o qual reconheceu que às potências ocidentais incumbe uma grande responsabilidade pelo fracasso da Conferência de Genebra dos Ministros das Relações Exteriores.

«Devo dizer — declarou Chorley — que, em minha opinião, a teoria de que as potências ocidentais possuem o monopólio do senso comum não resiste a nenhuma crítica... — Observável, de passagem, que não discutimos tal coisa — (Animação na sala). Estão aplicando, na prática, uma política que me recorda a antiquada «política de forças». Por outro lado, a U.R.S.S. fez, segundo me parece, uma série de concessões notáveis, seguiu uma política muito mais flexível e, como resultado, tirou vantagem.»

Não há outra saída senão concordar com essa apreciação.

Tratando de lancar a culpa própria sobre a cabeça alheia e de acusar-nos de haver infringido o espírito de Genebra, alguns jornalistas burgueses referem-se às minhas intervenções e a de outros estadistas e políticos nossos. Queixam-se de que dizemos que a doutrina do marxismo-leninismo há de triunfar. Mas, por acaso, isto viola o espírito de Genebra?

Efetivamente afirmamos e afirmaremos que na emulação pacífica entre os dois sistemas econômicos triunfará o sistema socialista, por ser o mais avançado, o mais progressista e por estar baseado na doutrina marxista-leninista que é a única justa. (Tempestuosos aplausos).

Não nos surpreende — nem protestamos por isto — que os ideólogos do mundo capitalista, isto é, do sistema oposto, digam que o capitalismo há de vencer. Parece-nos lógica essa discussão que só a história poderá decidir.

Se alguns personagens vêem uma violação do espírito de Genebra em nossa segurança de que, a vitória há de corresponder ao socialismo, à doutrina do marxismo-leninismo, isto se deve ainda, pelo visto, a que não têm uma exata compreensão do que é o espírito de Genebra. Conviria recordar-lhes que não renunciamos nem renunciaremos nunca às nossas idéias, à luta pela vitória do comunismo. Que jamais esperam de nós um desarmamento ideológico. (Tempestuosos e prolongados aplausos).

Nossa certeza na vitória final do comunismo não agrada aos partidários do capitalismo, e isto a nós não estranha nem desconcerta. Mas dizemos: nessa emulação, nessa luta, jamais começaremos uma guerra de agressão; lutaremos sem descanso contra a

corrida armamentista, pelo desarmamento, pelo fortalecimento da causa da paz, pela coexistência pacífica.

Assim, pois, os fatos demonstram de maneira convincente que quem vulnera o espírito de Genebra não é a União Soviética mas nossos colegas da Conferência de Genebra.

Vejamos também outros exemplos. Quando ainda não havia secado a tinta do comunicado conjunto sobre os resultados da Conferência de Genebra, alguns de nossos colegas da Conferência começaram a incluir nos países no agressivo pacto de Bagdá. Já incorporaram o Irã e estão arrastando outros Estados.

Na primeira reunião da presente sessão do Soviet Supremo ouvimos atentamente o discurso do chefe da delegação parlamentar do Irã, sr. Mohamed Saed, que afirmou que o povo iraniano quer paz e amizade com a União Soviética.

Aplaudimos essa declaração, mas não podemos deixar de manifestar que, apesar de todos os esforços da União Soviética por assegurar relações amistosas com o Irã, o governo desse país ingressou no bloco militar de Bagdá, pondo assim o território do Irã à disposição de forças agressivas que mantêm planos de ataque contra a U.R.S.S.

Isto não só se refere ao Irã como também à Turquia. Sabe-se que quando a Turquia era dirigida por Kamal Ataturk e Ismet Inonu, tínhamos com ela boas relações, que depois foram turvadas. Não podemos dizer que a culpa fôsse só da Turquia. Também de nossa parte foram feitas declarações imprecisas, que prejudicaram essas relações.

Mas depois de nossa parte, foram tomadas medidas para fazer mudar a situação criada e para restabelecer as relações de amizade com este país. Não obstante, de parte dos homens de Estado da Turquia não houve, lamentavelmente, reciprocidade.

A Turquia é freqüentada por generais e almirantes norte-americanos, que pronunciam arengas belicosas e exibem suas forças mediante visitas de suas frotas navais.

E' de todo o modo problemático que os governos do Irã e da Turquia procedam razoavelmente vinculando sua sorte ao agressivo pacto de Bagdá e negando-se a estabelecer com a União Soviética relações amistosas de boa vizinhança.

Em situação análoga se acha, também com relação aos seus vizinhos, o Paquistão, outro dos signatários do pacto de Bagdá, pois é um fato que as relações do Paquistão com a Índia, com o Afeganistão e com a União Soviética deixam muito a desejar.

Em particular, não pode deixar de chamar a atenção o fato de que muito recentemente o Paquistão, e mais tarde o Irã, tenham sido visitados pelo almirante norte-americano Radford, que, pelo visto, não foi a esses países para fortalecer as relações econômicas e culturais, mas com um objetivo diferente.

Esta visita do almirante norte-americano confirma os temores manifestados anteriormente de que o Paquistão e o Irã, apesar de seus interesses nacionais, estão sendo atrelados cada vez mais às maquinacões aventureiras pelos organizadores de blocos agressivos. Não há a menor dúvida de que se o Paquistão mantivesse a mesma atitude de independência que, por exemplo, a Índia, criar-se-iam condições para o estabelecimento de relações de amizade entre o Paquistão e os países vizinhos. Estamos seguros de que no Paquistão se compreenderá a situação pouco invejável em que se acha esse país e se tirarão as devidas conclusões. De nossa parte estamos dispostos a ir ao encontro do estabelecimento de relações amistosas com o Paquistão.

A propósito do pacto de Bagdá, convém dizer algumas palavras acerca da situação existente nos países do Oriente Próximo e Médio. E' notório que os organizadores do pacto de Bagdá realizam todos os esforços para arrastar os países árabes para esse bloco agressivo. Tropeçam, entretanto, com a crescente repulsa dos povos desses países.

Em particular, a opinião soviética seguiu e segue com simpatia a valorosa luta do povo da Jordânia contra os intentos de incorporar pela força seu país ao pacto de Bagdá. Compreendemos os desejos dos povos dos

países árabes que lutam por sua libertação total da dependência estrangeira. Ao mesmo tempo, merece ser condenado o procedimento do Estado de Israel, que desde os primeiros dias de sua existência ameaça a seus vizinhos e aplica uma política de inimizade para com eles.

Está claro que semelhante política não corresponde aos interesses nacionais do Estado de Israel, e que por trás dos que aplicam essa política se encontram potências imperialistas bem conhecidas de todos. Estas potências querem utilizar Israel como instrumento contra os povos árabes com vistas à exploração rapace das riquezas naturais dessa zona.

Enquanto as potências ocidentais continuam executando uma política de corrida armamentista e formam blocos agressivos, a União Soviética segue, conseqüente e firmemente, sua política exterior de paz e, no interesse do revigoramento da paz e da segurança, fortalece a amizade com todos os povos que o desejam.

Somente este ano a União Soviética reduziu em 640.000 homens os efetivos de suas forças armadas: renunciou à sua base militar de Porkkala-Ud, na Finlândia; retirou antecipadamente suas tropas de Porto-Arthur. A União Soviética concluiu o Tratado de Estado com a Áustria — que empreendeu o caminho da neutralidade permanente — e retirou suas tropas do território austríaco; estabeleceu relações diplomáticas com a República Federal Alemã e adotou outras várias medidas igualmente eficazes para fortalecer a paz.

A União Soviética restabeleceu os laços de amizade com a Iugoslávia, com a qual durante muito tempo existiram relações anômalas, relações exacerbadas. Continuaremos fomentando nossas relações amistosas de boa vizinhança com a Iugoslávia e ampliando os vínculos econômicos e culturais entre a União Soviética e este país. (Prolongados aplausos.)

Entre essas medidas ocupa um lugar de destaque nossa viagem à Índia, Birmânia e Afeganistão e os acordos firmados entre a União Soviética e esses países.

Na presente sessão do Soviet Supremo da URSS, ao discutir o orçamento para 1956, todos nós votamos unanimemente uma redução de quase dez bilhões de rublos nos gastos para as necessidades de defesa em comparação com o orçamento do ano anterior.

Ao mesmo tempo o ministro da Defesa dos Estados Unidos, Wilson, declarou há dias atrás que no novo ano fiscal as despesas destinadas à manutenção das forças armadas dos Estados Unidos se incrementarão novamente em um bilhão de dólares e alcançarão a enorme soma de 35 bilhões e 500 milhões de dólares. Wilson não disse que além disto o orçamento destina não pequenas verbas para outras despesas militares, como são, por exemplo, a fabricação de armas atômicas, a formação de estoques de matérias-primas estratégicas e a ajuda militar a Estados estrangeiros.

Portanto, enquanto de nossa parte oferecemos fatos concretos destinados a aliviar a tensão internacional, por outro lado, por parte das potências ocidentais não vemos, lamentavelmente, o mesmo. Ao contrário, nos Estados Unidos da América aumentam as verbas para os armamentos. Os dirigentes deste país ampliam os pactos agressivos e alguns deles fazem declarações belicistas que não tendem absolutamente a fortalecer o espírito de Genebra.

Quem, pois, fortalece e quem socava o espírito de Genebra?

Para terminar, quisera deter-me no problema da manutenção do Birô de Informação dos Partidos Comunistas e Operários, ao que no Ocidente se denomina "Cominform".

Particularmente falando, não há nenhum fundamento para que tenha surgido esta questão. Mas os jornalistas estrangeiros nos perguntavam freqüentemente na Índia:

Por que não liquidais o Cominform? Não seria possível suspender as atividades dos Partidos Comunistas nos demais países?

Perguntas semelhantes nos faziam outros nossos interlocutores. Por nossa vez lhes dizíamos nós:

E por que não sugeris que se dissolva

a Internacional Socialista? Por que não propoñdes a liquidação das diversas associações internacionais dos capitalistas?

A isso nossos interlocutores nada podiam responder.

Naturalmente os inimigos do comunismo não gostam do Cominform. Mas o certo é que o comunismo científico, como doutrina, existia quase cem anos antes de que fosse fundado o Birô de Informação dos Partidos Comunistas e Operários. A colaboração nos quadros do Cominform é um assunto interno dos Partidos Comunistas e Operários, que sustentam os postulados de marxismo-leninismo e fazem propaganda de uma determinada forma de organização social. Os Partidos Comunistas representam a classe operária, expressam e defendem seus interesses, os interesses vitais das massas populares.

Aos inimigos do comunismo não somente lhes desagrada o Cominform. Desagrada-lhes muito mais o fato incontestável de que a doutrina invencível do comunismo ganha, de ano para ano, para a sua bandeira um número crescente de partidários em todos os países. (Prolongados aplausos).

Os soviéticos recordam que, em seu tempo, os social-revolucionários, os menchevíques e outros inimigos da classe operária diziam que eram a favor do Poder Soviético, mas sem os bolcheviques. Tais partidos tentavam enganar o povo com tais palavras de ordem e afastá-lo do seu guia, o Partido Comunista fundado pelo grande Lênin. Sabiam que se pode mudar o Poder, mas que não é possível mudar o Partido Comunista. E' impossível fazê-lo renunciar à defesa dos interesses da classe operária e do povo, pois o Partido Comunista é o guia autêntico da classe operária e dos camponeses trabalhadores, o guia do povo e o intérprete dos seus interesses vitais. (Tempestuosos aplausos.)

Os Partidos Comunistas de todos os países, seguindo o exemplo do Partido Comunista da União Soviética, ligam indissolúvelmente toda a sua atividade aos interesses vitais da classe operária, aos interesses do povo. E' disso que não gostam os que queriam oprimir eternamente o povo. Não lhes agrada a solidariedade internacional da classe operária e, claro é, querem que o Cominform deixe de existir. Mas isto não depende deles! (Tempestuosos aplausos).

Estas são talvez todas as questões sobre as quais, ao meu modo de ver, era necessário deter-se mais um pouco em detalhe.

Ao terminar minha intervenção, queria expressar a confiança de que o Soviet Supremo aprovará os resultados de nossa viagem à Índia, Birmânia e Afeganistão, pois esta viagem serviu para fortalecer a amizade e a colaboração dos povos da União Soviética com os povos da Índia, Birmânia e Afeganistão. E na amizade dos povos reside o poderoso manancial da força dos povos, que estão cerrando o caminho ao desencadeamento de uma nova guerra. (Tempestuosos e prolongados aplausos.)

Permiti-me, camaradas deputados que desta alta tribuna expresse uma vez mais nossa cordial gratidão ao grande povo indiano, ao Governo da República da Índia e pessoalmente ao primeiro-ministro, sr. J. Nehru, (tempestuosos aplausos) ao povo amigo da União Birmanesa, a seu Governo e pessoalmente ao primeiro-ministro da Birmânia sr. U Nu, (tempestuosos aplausos) ao povo amigo do Afeganistão, a seu governo e pessoalmente ao primeiro-ministro, sr. Mohammed Daud. (Tempestuosos aplausos).

Agradecemos calorosamente a hospitalidade, as atenções e o carinho manifestados por milhões de homens destes países para com a União Soviética, para com o nosso grande povo durante nossa viagem pela Índia, Birmânia e Afeganistão. (Tempestuosos aplausos). Agradecemos de todo o coração aos homens de Estado e personalidades sociais com os quais tivemos ocasião de nos entrevistar, aos dirigentes dos Estados e províncias que visitamos, encontrando em toda a parte a acolhida mais efusiva e calorosa. (Tempestuosos aplausos).

Viva a grande amizade de todos os povos. (Tempestuosos e prolongados aplausos.)

Viva o povo soviético, poderoso e intrépido lutador pela causa da Paz! (Tempestuosos e prolongados aplausos).

Viva o grande Partido Comunista da União Soviética, inspirador e organizador de todas as vitórias da União Soviética! (Tempestuosos e prolongados aplausos que se convertem em ovação. Todos se põem de pé.)

Voz dos Leitores

IMPIEDOSA EXPLORAÇÃO NO CURTUME SANTOANGELENSE

DO CORRESPONDENTE DA VOZ em Santo Angelo (R. G. do Sul), recebemos: «Os patrões do Curtume Santoangelense de João Basso, instituíram por sua conta uma fictícia coleção de «leis», com que ludibriam e usurpam os trabalhadores. A mais recente dessas patranhas é a manobra dos contratos, através dos quais contratam os operários por dez meses, no máximo, obrigando a um trabalho sem direito a férias,

a aviso prévio, a feriado remunerado, a indenização. Estes contratos são ilegais, já que vão de encontro às leis vigentes (salário-mínimo, férias, etc.)»

A mais desenfreada exploração, entretanto, recai sobre as mulheres e menores, que recebem sob o regime de tarefas. Daí se aproveitam os patrões para conseguir lucros enormes a custa de exploração dos trabalhadores, como mostra a seguinte demonstração das despesas de fabricação de 7 pares de tamancos:

a) Matéria prima — 1) Couro vaqueta produzido na própria fábrica, um pé quadrado, Cr\$ 15,00; 2) 7 pares de cepas, Cr\$ 28,00; 3) Debrum com linha para 7 pares, Cr\$ 7,00; 4) Tachas (20 gramas), Cr\$ 6,20. Total: Cr\$ 56,20.

b) Mão de obra — 1) 7 pares de cortes (10 minutos), 1,00; 2) Debrumagem (Cr\$ 0,20 por par), Cr\$ 1,40; 3) Montagem (Cr\$ 0,70 por par), Cr\$ 4,90. Total: Cr\$ 7,30. Portanto, o custo de 7 pares de tamancos é de Cr\$ 63,50. Vendidos a Cr\$ 20,00 cada par, sete pares são vendidos por Cr\$ 140,00, o que possibilita um lucro líquido de Cr\$ 76,50 ao dono da fábrica, já que o imposto de consumo é pago pelo comprador. Assim, vemos que equanto a operária da debrumagem ga-

na Cr\$ 0,20 por par e os menores da montagem ganham Cr\$ 0,70, o patrão ganha Cr\$ 10,30.

Nessas condições, os trabalhadores do Curtume têm que trabalhar 11 e 12 horas por dia para ganhar Cr\$ 300,00 por semana, o que não perfaz sequer o salário mínimo legal. Para evitar a fiscalização, o patrão obriga as operárias da debrumagem e os menores da montagem a trabalhar em suas próprias residências, pois eles não têm carteiras profissionais, não estão registrados.

No Curtume, as condições de trabalho são insalubres, trabalham dentro d'água, o ar é empestado de mau cheiro. Contra toda essa situação, os operários procuram se organizar e se unir para lutar por seus direitos, por aumento de salários.»

De Todos os Recantos do País o Povo Saúda Luiz Carlos Prestes

«Salve Luiz Carlos Prestes, o maior diamante do Brasil». Este é o texto curto, espontâneo e profundamente popular de um telegrama dirigido a Prestes por Aristóteles Mendes, de Rio Casca (Minas Gerais), por ocasião da comemoração do 58º aniversário do líder querido do povo brasileiro. A jovem estudante Sebastiana Damazio da Silva, residente no Distrito Federal, dirige essas palavras calidas: «Ao amigo Prestes, eu, como uma estudante de 15 anos, quero dizer que estou acompanhando sua vida, perseguido pela reação nefasta. Confio na sua inabalável firmeza nas lutas pela libertação do povo e dos jovens estudantes e operários (digo operário porque tenho um irmão de 14 anos e que já trabalha numa fábrica, deixando assim de estudar para entregar a força de seu trabalho aos tubarões).

Por isso, nessa magna data, quando todos festejarem seu 58º aniversário, venho dedicar ao Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes, meus votos de felicidades e muitos anos de saúde, para que possamos tê-lo em nosso convívio por muitos e muitos anos».

«LIBERDADE PARA O BRASIL»

«O grande líder do povo brasileiro completou 58 anos ainda privado dos seus direitos por determinação dos trustes norte-americanos — escreve Anastácio Assunção, de João Pessoa, acrescentando: «Porém, o nosso povo está alerta, exige o respeito à Constituição, a posse dos eleitos a 31 de janeiro, relações comerciais com os países socialistas, anistia para o dirigente provado da luta de libertação nacional de nosso país, Luiz Carlos Prestes, assim como a legalidade de seu Partido».

De todas as partes do Brasil, chegam as mensagens a Prestes. Aquil é uma de Itajubá, assinada por 39 pessoas, com as seguintes palavras: «Ao Cavaleiro da Esperança, democratas e trabalhadores de Itajubá saúdam pelo seu aniversário».

«DESEJAMO-LHES MUITOS ANOS DE VIDA...»

Um abaixo-assinado de mulheres de Maceló (Alagoas), diz: «As mulheres alagoanas, fiéis às suas tradições de luta, reconhecendo na figura heróica de Luiz Carlos Prestes, o líder incansável dirigente do povo brasileiro na luta contra o imperialismo norte-americano, pela paz e a independência nacional, o representante das mais sentidas reivindicações das classes oprimidas, o dirigente máximo da vanguarda do proletariado nacional, vêm de saudá-lo pela passagem de seu aniversário natalício, desejando-lhe muitos anos de vida, fecundos na luta pelos sagrados ideais do povo brasileiro».

De João Pessoa, uma carta informa que o dia 3 de janeiro foi comemorado com fogos de artifício na cidade, e de Campo Grande, em Mato Grosso, Antônio Sobreira saúda «pelo seu 58º aniversário, o grande revolucionário das Américas, fiel discípulo de Lênin e Stálin — Luiz Carlos Prestes — o líder que, à frente do povo brasileiro, da classe operária e de seu Partido Comunista, ergue e leva para diante a bandeira de independência nacional e conduz nossa pátria para um futuro feliz e radioso. Tudo o que há de bom e puro no mundo inteiro deseja longos anos de vida a Prestes e os melhores sucessos na sua luta de revolucionário proletário».

POSSE AOS ELEITOS

PORTUÁRIOS de Santos enviaram ao sr. José Maria Alkimim, líder do P.S.D. na Câmara Federal, um memorial no qual manifestam o seu contentamento pela vitória democrática nas eleições de 3 de outubro, acrescentando: «Esperamos que com a vossa posse o Brasil reate as relações comerciais com todos os países, trazendo mais trabalho e melhores condições de vida para nós e para todo o nosso povo».

O memorial, em seguida, afirma que os portuários apoiam os eleitos na luta «contra as tentativas daqueles que, derrotados nas urnas, procuram por todas as formas impedir a posse dos eleitos, e impor um regime de força contra o nosso povo.»

O memorial é assinado por Quirino Manoel de Souza e mais 259 portuários.

(Do correspondente da VOZ em Santos, S. P.)

MÉDICO ARBITRÁRIO

O CORRESPONDENTE da VOZ em Três Rios (Estado do Rio), relata-nos: «Os trabalhadores ferroviários desta cidade estão revoltados com a atitude do médico do 3º Depósito da Estrada de Ferro Central do Brasil, dr. Sá Ribeiro. Este senhor vem cometendo arbitrariedades e prejudicando os ferroviários. Quando estes vão ao posto médico, a fim de obter licença para trata-

mento de saúde, ele, primeiro quer saber se o doente está se tratando com outro médico. Se está, ele não concede licença, mesmo que o caso seja grave, procurando assim obrigar todos os ferroviários a procurarem seu consultório particular. Ele diz que as receitas de outros médicos «não servem de documento», rasga-as e trata os doentes com grosseria, isso tudo porque ele dá preferência a determinado laboratório farmacêutico.»

DESAPARECE UM VETERANO MILITANTE PROLETÁRIO

NA idade de 80 anos, faleceu em Manganape, no Estado da Paraíba, no dia 4 de novembro último, o veterano militante das fileiras do proletariado Pedro Sérgio, popularmente conhecido como Pedro Rufino. Fiel em toda a sua vida de luta e trabalho aos ideais de democracia e independência para nossa Pátria, Pedro Sérgio era profundamente benquisto e acatado no seio da classe operária paraibana.

FALECIMENTO EM ANDRADINA

EM ANDRADINA, faleceu a 17 de dezembro, vítima de uma intervenção cirúrgica, o sr. Antônio Batista da Silva.

Acompanhando há anos o Partido de Prestes, já em 1945, em Miguelópolis, ele e outros patriotas lutavam pela anistia ao Cavaleiro da Esperança e pela legalidade do P.C.B. Recentemente, na campanha eleitoral, Antônio Batista da Silva muito trabalhou para esclarecer o povo e conseguir votos para os candidatos indicados pelos comunistas.

O patriota há pouco falecido, que era muito estimado em Andradina, era natural de São José da Barra, Minas Gerais.



PRETENDEM REBAIXAR OS FOGUISTAS PARA SONEGAR-LHES AS PROMOÇÕES

QUEREMOS chamar a atenção do governo e de todo o povo para as perseguições de que são vítimas os ferroviários da Cia. Vale do Rio Doce. Compreendemos a importância do movimento de 11 de novembro e estamos decididos a apoiar todas as medidas encaminhadas no sentido de preservar as franquias constitucionais. Ao mesmo tempo solicitamos providências do governo quanto aos fatos que passamos a relatar.

A Cia. Vale do Rio Doce é uma empresa rica. Transporta minério de ferro e outros produtos do norte do Estado de Minas Gerais e do Oeste do Estado do Espírito Santo para o porto de Vitória. Entretanto, transportando tanta riqueza, grande parte da qual vai para os Estados Unidos sem nada beneficiar o nosso país, os ferroviários ganham salários de fome. Ainda assim a chefia trata de todos os modos de reduzir os ordenados dos ferroviários, investindo contra os seus direitos. A chefia está pleiteando rebaixar os foguistas,

padrão 10, com 35 ou 40 anos de idade, para não dar-lhes a promoção a maquinista a que têm direito. Querem repetir o que fizeram em 1950 quando até mestre de linha foi rebaixado para trabalhador de 1ª; foguista de 1ª foi para trabalhador de 2ª; manobreiro de 2ª e 1ª passou para guarda-freios de 3ª e 4ª classes. O mesmo querem fazer agora com os que não foram rebaixados naquela ocasião e que agora já estão com a idade avançada, sem promoção, direito que nos é assegurado em lei. Há dois meses atrás a chefia inventou uma modificação na escala do trem para prontidão que resulta num roubo de mais de 100 dias cada mês dos 6 mil operários. Por isto consideramos que o Abono de Natal que nos foi dado, em dinheiro, foi tirado do nosso próprio salário. Se a Vale do Rio Doce pensa que com isto vamos ficar bonzinhos, está enganada. Não deixaremos de lutar pelo que é nosso direito.

(Do correspondente da VOZ no Vale do Rio Doce)

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712. Tel. 42-7344

SUCURSAIS:
SAO PAULO — Rua dos Estudantes nº 84, s/29, 2º and.
PORTO ALEGRE — Rua dos Andradas, 1.646 s/ 74, 7º and.
RECIFE — Rua Floriano Peixoto nº 85 — 3º — sala 326.
FORTALEZA — Rua Barrão do Rio Branco nº 1.248, s/ 22.
SALVADOR — Rua Ração de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias — s/ 203 (Calçada).
JOAO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558, 1º and., s/ 4.
Endereço telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPÉRIA

ASSINATURAS:
Anual Cr\$ 60,00
Semestral Cr\$ 30,00
Trimestral Cr\$ 15,00
Num. avulso .. Cr\$ 1,00
Num. atrasado Cr\$ 1,50

Este semanário é reimpreso em SAO PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE e FORTALEZA.

Vitória dos
Trabalhadores
do Açúcar de
Piracicaba



PIRACICABA (Do correspondente) — Tomou posse no dia 31 de dezembro, em solenidade realizada na sede da Associação Beneficente 13 de Maio, desta cidade, a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Piracicaba, que congrega os operários das usinas de açúcar.

A chapa eleita, que defendia a independência do sindicato em relação aos patrões, obteve estrondosa vitória: 332 votos contra 22. A eleição foi realizada em 5 de novembro último.

A Luta Pela Independência do Sindicato

O sindicato dos trabalhadores do açúcar de Piracicaba foi fundado há 10 anos. Desde então ele se encontrava sob o controle dos usineiros: ora nas mãos de agentes da «Sucreries Brésiliennes», ora da família Morganti. Dessa maneira, o sindicato não defendia como era de seu dever as principais reivindicações dos trabalhadores. Estes ainda estão sujeitos ao ilegal desconto de aluguel de casa (Cr\$ 244,80 por pessoa); ganham salários baixíssimos e por isso estão sempre devendo; em diversas usinas foi cortado o abono-família. Os assalariados agrícolas são ainda mais prejudicados: não têm carteira de trabalho, sofrem perseguições, ganham menos do que o salário-mínimo.

Em vez de assumir a defesa dos direitos dos trabalhadores, os agentes patronais que vinham ocupando a direção do sindicato pro-

Ao ato de posse compareceram dirigentes sindicais dos têxteis e metalúrgicos de Piracicaba e o presidente da ULTAB, sr. Geraldo Tibúrcio, que saudou a diretoria eleita e formulou votos pela unidade entre os operários das usinas e os assalariados agrícolas, entre os trabalhadores sindicalizados e os não sindicalizados.

Os assalariados agrícolas, embora não façam parte do sindicato, são a parcela mais numerosa dos trabalhadores do açúcar; 35 mil só no município de Piracicaba, onde existem 26 usinas e 103 engenhos.

curavam enfraquecer o órgão de classe. E com esta finalidade transformaram o sindicato, que era dos trabalhadores do açúcar (e que poderia portanto, incluir os assalariados agrícolas, como acontece em Capivari), em sindicato dos trabalhadores na indústria de alimentação, afastando assim a possibilidade de sindicalização dos assalariados da lavoura canavieira. Tal coisa só podia ser prejudicial aos trabalhadores, pois a maioria das reivindicações dos operários e assalariados agrícolas são comuns.

Mas o desejo de conquistar a independência para o sindicato empolgou os trabalhadores açucareiros e hoje eles têm uma diretoria que não é controlada pelos patrões e que se propõe a lutar pela unidade de todos os trabalhadores das usinas.

Programa de Ação

É o seguinte o programa que se propõe realizar a diretoria empossada: 1º) Aumento de salários periódico, tendo em vista a constante elevação do custo de vida; 2º) Pela aplicação da lei do salário-mínimo, sem os descontos não permitidos pela lei; e a conquista de novos salários-mínimos de acordo com as necessidades dos trabalhadores; 3º) Pelo abono de Natal, a ser pago em dezem-

bro; 4º) Melhoria das assistências médica, hospitalar e dentária, extensivas a todos os trabalhadores; 5º) Campanha por milhares de novos sócios a fim de reforçar o sindicato e facilitar a conquista de novas vitórias; 6º) Por uma efetiva fiscalização da aplicação das leis trabalhistas, como férias, acidentes, domingos remunerados, horas extras, etc.

A festa foi organizada pela direção da Associação dos Colonos e contou com a participação de todos. O dinheiro que arrecadaram permitiu dar presentes às crianças e uma ajuda de 2 mil cruzeiros à viúva de um colono falecido, de nome Alexandre. (Do correspondente, José Telesforo).



NA região da Sorocabana, em São Paulo, o alqueire de terra está sendo arrendado a Cr\$ 2.500,00 ou 3.500,00. Não sendo o pagamento em dinheiro, exigem no mínimo 50 arrobas de algodão por alqueire. Isto significa que, naquela região, 50% ou mais da riqueza produzida pelo camponês vai parar nas mãos do dono da terra. Isso evidencia a necessidade de ser desenvolvida a luta pela baixa do arrendamento, em cujo curso podem ser organizados os camponeses pobres. Idênticas condições existem em várias zonas do país. Concentrar nosso esforço de organização nos camponeses pobres, entretanto não exclui a possibilidade de serem atraídos para essa luta tanto os camponeses médios como os ricos.

... UM POUCO

DE TUDO...

A USINA de Mineiros (Campos, Estado do Rio) há 4 meses não paga os salários de seus trabalhadores. Esta usina é de propriedade de D. Finazinha de Queiroz, que tem fama na cidade de ter um coração muito bom. Essa bondade se manifesta entretanto dessa forma: a safra já terminou; a usina produziu 195 mil sacas de açúcar e mesmo assim os salários não são pagos. A proprietária vive num rico palacete em Campos, pouco se importando com a sorte de seus trabalhadores. Visando enganar aos trabalhadores, mandou matar às vésperas do Natal 5 bois para distribuir entre os empregados da usina. Não coube nem 2 quilos de carne para cada família. Resolveu também oferecer 500 cruzeiros de abono, que foi rejeitado por todos os operários que fazem questão de receber o pagamento integral. Isto é, todo o atrasado. Essa situação afeta também aos comerciantes.



OS camponeses da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Mato Grosso) realizaram uma festa de natal para os seus filhos.

A CAMPANHA PELA REFORMA AGRÁRIA



ESPIRITO SANTO: — No município de Colatina mais de 3 mil lavradores sem terra já assinaram o Memorial da ULTAB, Pela Reforma Agrária. Um fato ocorrido no município evidencia bem o interesse que o movimento desperta entre os trabalhadores rurais. Um camponês residente em Carlos Lindberg achou na estrada uma lista de assinaturas e um boletim convidando para a conferência camponesa que se realizou em São Silvano. Apanhou o papel e mostrou-o a seus companheiros. De comum acordo resolveram não só assinar como pedir a assinatura dos outros camponeses. Resultado de tudo isto é que já coletaram mais de 500 assinaturas e vão realizar uma conferência naquele distrito, a exemplo da de São Silvano a que compareceram. A lavoura predominante em Colatina é a plantação de café.

PARÁ: — Em artigo publicado na imprensa paraense em que dá conta do andamento da Campanha no Estado, escreve o sr. Sandoval Barbosa, secretário-

Na fazenda do Visconde, de propriedade do ex-usineiro Francisco Ribeiro de Vasconcelos, (200 alqueires) trabalham cerca de 80 famílias que vivem sob as mais negras condições de vida. A fazenda produziu este ano 16 mil carros de cana. Isto quer dizer que o fazendeiro embolsou 6.112 contos, pois recebe a Cr\$ 382,00 o carro. Os assalariados pagam de aluguel Cr\$ 570,00 por mês. Nunca estas casas foram limpas. Estão esburacadas e sujas de fumaça. Não têm aparelho sanitário nem água. A lenha para o fogão é comprada.

Há cerca de 7 meses os trabalhadores queixaram-se ao Sindicato sobre o desconto ilegal de Cr\$ 570,00 como aluguel de casa. Chico Ribeiro quando soube da queixa deu logo aviso prévio a 15 de seus empregados. Estes foram ao Sindicato para tratar da indenização. O ex-presidente, João Soares, negou-se a fazer qualquer coisa. Teve a coragem de dizer que assalariado agrícola não tem direito a indenização, o que é uma tese dos patrões sem nenhum amparo na lei.

Entre os trabalhadores injustamente dispensados da fazenda sobe o velho Josué. Tem ele 66 anos de idade; durante 35 anos, desde o seu tempo de moço, trabalhou para Francisco Ribeiro. E agora, com família numerosa, foi posto no chão da rua sem direito a nada.

Fala-se que o fazendeiro prepara novo corte. Desta vez porém os trabalhadores estão se prevenindo e não deixarão que o fazendeiro cometa novas trapacas. Todas as famílias apóiam a luta pela indenização dos demitidos e pela devolução do dinheiro descontado como aluguel.

(Do Correspondente da VOZ em Campos)

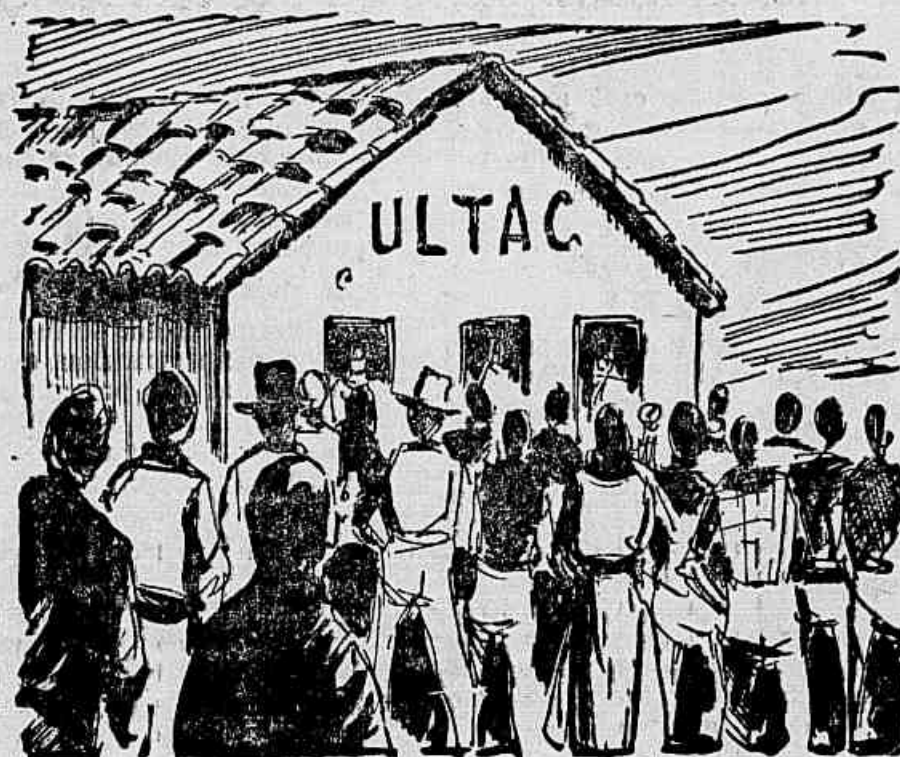


geral da Comissão Paraense pela Reforma Agrária: «Em nosso Estado a Campanha Nacional pela Reforma Agrária atraiu as simpatias e o apoio decidido de destacadas personalidades da capital e do interior; do operário ao lavrador, do parlamentar à mais proeminente autoridade do Executivo. No entanto, o apoio mais decidido foi o da imprensa e rádio locais, especialmente da «Folha do Norte» e «Rádio Clube do Pará». Consideramos de grande importância a publicação no «Diário Oficial», edição n. 17.995, da Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, assim como a sua distribuição a todos os vereadores e deputados, a todos os Juizes e Desembargadores, a todos os secretários de Estado, a todos os partidos políticos, a todos os jornais e rádios, a todos os Sindicatos e Associações operárias, estudantis e rurais, aos comandos militares aqui sediados, às autoridades religiosas, aos lavradores, etc.

Essa distribuição é tanto mais importante porque se verificou após a realização de conferências e atos públicos, destacando-se a cerimônia de lançamento da Campanha, no dia 27 de março; a conferência do deputado federal Gabriel Hermes Filho; no dia 17 de abril, a mesa-redonda no Rádio Clube do Pará, no dia 18 do mesmo mês; e, finalmente, a conferência do dia 13 de maio. Estes atos públicos e o apoio de todos os jornais, bem como do Governador, do prefeito de Belém, da Associação Legislativa Estadual e da Câmara Municipal de Belém, possibilitaram-nos a realização de conferências nos principais municípios da zona bragantina, com farta distribuição da «Carta dos Direitos» e a coleta de grande número de assinaturas ao «Memorial».

CONSEGUIRAM AS SEMENTES

IMPORTANTE vitória acaba de ser conquistada pelos camponeses pobres do Ceará, através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas daquele Estado. Trata-se de que haviam pleiteado junto à Secretaria da Agricultura do Estado, sementes para distribuição gratuita aos camponeses através das delegacias da ULTAC no interior. Tendo se comprometido a atender a essa solicitação, o dr. Edilson Távora, secretário da Agricultura, fez entrega àquela organização de 34 sacas de sementes de algodão, milho e arroz, já tendo sido iniciada a sua distribuição.



Nas Mãos do Povo a Conquista DA ANISTIA PARA PRESTES

Parlamentares e Intelectuais Apóiam a Campanha Pela Anistia Para o Líder do Povo Brasileiro — «Considero Prestes um Dos Maiores Brasileiros Vivos», Declara o Senador Otacílio Jurema — «Bendita a Mão Que Fimar a Anistia de Prestes», Exclama o Escritor Gondim da Fonseca

EM TODAS as grandes vitórias democráticas do povo brasileiro nos últimos anos, esteve presente a ação dos comunistas, particularmente nas ações antifascistas de 1943-1945, na luta em defesa do petróleo brasileiro, na campanha contra o envio de tropas brasileiras para a guerra de agressão à Coreia e, mais recentemente, na campanha presidencial de 3 de outubro e nos movimentos democráticos de 11 e 21 de novembro. A destacada participação dos comunistas nestes acontecimentos, colocou com mais vigor na ordem do dia a reivindicação popular da participação legal dos comunistas na vida política do país e, em primeiro lugar, da anistia para Luiz Carlos Prestes e demais patriotas. Essa campanha, que o povo brasileiro intensificou por ocasião da comemoração do 58º aniversário de Prestes, tem repercutido no Parlamento Nacional e provocado manifestações de apoio de deputados e senadores de vários partidos.

PLANO CONCRETO DE COMBATE À CARESTIA

VEM se desenvolvendo ultimamente uma campanha sistemática contra a carestia de vida. Essa luta apresenta vários aspectos positivos. Além das organizações de donas de casa, dela participam os sindicatos operários e, em vários Estados, entidades ligadas aos comerciantes, particularmente aos varejistas. Fruto desse movimento são os protestos gerais contra os aumentos aprovados pelos organismos controladores dos preços. Deve ser incluído também no acervo da campanha o fato de que foi completamente desmoralizada a «teoria» de que o motivo dos aumentos de preços deve ser procurado entre o próprio povo trabalhador, isto é nos seus pedidos de aumento de salários e ordenados. A essa questão o «Correio da Manhã», órgão reconhecidamente conservador, dedicou recentemente um de seus tópicos. Afirmou então que para provar que os aumentos de salários não determinam o aumento dos preços basta ver a enorme disparidade entre a melhoria conquistada pelos trabalhadores, sempre de 20 a 30%, o que ocorre quando muito uma vez por ano, e os aumentos de preços. Estes orçam entre 100% e mais. O feijão há um ano custava Cr\$ 8,00 e hoje é vendido a Cr\$ 25,00 (aumento de mais de 200%).

SE é certo que o movimento contra a carestia tem alcançado alguns êxitos, não se pode deixar entretanto de reconhecer que essa campanha, para que consiga efetivamente barrar a onda de aumentos, requer um esforço de organização muito maior, exige que a ela sejam incorporados novos e novos setores e que adquira o cunho de um movimento que se desenvolve de modo permanente, contínuo. Esta necessidade se tornará evidente se tivermos em vista que durante o ano de 1955 a COFAP aprovou nada menos que 100 aumentos de preços. Um gênero imprescindível como o leite, por exemplo, sofreu majorações sucessivas. E só na primeira semana de 1955 o número de aumentos já ascende a cinco (cigarros, refrigerantes, bebidas, gás e café em pó). Cogita-se do aumento do trigo e dos combustíveis, que por si só determinarão um novo ciclo que vai atingir inevitavelmente a todos os gêneros de primeira necessidade.

UNIÃO EM TÓRNO DE UM PROGRAMA CONCRETO

FORAM feitas algumas sugestões concretas com vistas à redução do custo de vida. O ministro do Trabalho propôs que se abolisse o imposto de vendas e consignações para os gêneros de 1ª necessidade. Aplaudindo a proposta, as entidades representativas dos comerciantes dirigiram-se à Câmara dos Vereadores do Distrito Federal. Mas, a sugestão não teve encaminhamento na Capital da República nem se estendeu aos demais Estados.

Por outro lado, a Associação Feminina do Distrito Federal apresentou ao presidente da COFAP um plano concreto de seis pontos que inclui: 1) Revisão de todos os processos de aumento verificados a partir de

«Um Dos Maiores Brasileiros Vivos»

Entre os parlamentares que se pronunciaram nesse sentido figura o deputado Lutero Vargas (PTB-D.F.):

«Com o progresso democrático que a nação registra, não se justifica a manutenção de um processo político como o que foi instaurado em 1948, contra o sr. Luiz Carlos Prestes e outros líderes comunistas. Posso assegurar que terá meu apoio qualquer iniciativa que surgir, na Câmara ou no Senado, visando a anistiar o sr. Luiz Carlos Prestes e quantos estejam respondendo a processos de natureza política.»

O senador Otacílio Jurema, da Paraíba, declarou:

— «O fato de não ser comunista não me impede de reconhecer em Prestes um

grande patriota. Considero-o, inclusive, um dos maiores brasileiros vivos, um homem vítima de injustiças e perseguições. Por isso, acho louvável e oportuna a campanha em torno de uma lei de anistia que o faça retornar ao convívio de seus concidadãos.»

«Campanha Justa e Oportuna»

— «Entendo que a campanha é justa e oportuna — disse o senador Ary Vianna (PSD-Espírito Santo) — A anistia se inscreve entre as mais caras tradições de nosso país, sobre ser uma providência que tem a ampará-la o texto constitucional. No caso do sr. Luiz Carlos Prestes, a medida é perfeitamente aplicável.»

Outro importante pronunciamento é o do senador Calado de Castro (PTB-D.F.):

— «Acho justa a campanha que ora se desenvolve em favor de uma lei de anistia para o sr. Luiz Carlos.

Prestes e quantos mais estejam respondendo a processo de natureza política. Uma iniciativa parlamentar nesse sentido — e que se trata. Vencidas as potências trata no caso, de medida estritamente constitucional —

contará com o meu apoio. Vencidas as potências do «Eixo», estavam evidentemente superadas as condições que se invocaram para o segregamento de tantos líderes políticos, a exemplo do chefe comunista.»

«CONSIDERO PRESTES UM GRANDE BRASILEIRO»

DEPOIS de acentuar ter por Prestes «uma grande admiração, sobretudo pela sua firmeza de caráter e pela sua honestidade revolucionária», o matogrossense João Villasboas, líder da UDN no Senado:

— «A anistia para Luiz Carlos Prestes, como quem mantive, nesta Casa, as mais cordiais relações, bem como para todos os outros brasileiros presos, precossados ou perseguidos por motivo político, se impõe como uma exigência do próprio regime democrático. Considero Prestes um grande brasileiro. Ele deve, como líder popular que é, ser restituído à plena atividade legal na vida política do país. Afirmando que quanto à anistia que se pretende



Sen. DOMINGOS VELASCO

conseguir para Luiz Carlos Prestes e seus companheiros, considero-a uma providência acertada e da maior oportunidade», o senador Domingos Velasco (PSB-Goiás), declarou:

— «Não há a meu ver, nenhuma razão que possa justificar a manutenção de tal processo. Ademais, somos regidos por uma Carta Magna que assegura a livre manifestação do pensamento.»

O senador Fluminense Paulo Fernandes, do PSD, assim se pronunciou:

— «A anistia aos envolvidos em questões de natureza política tem sido, pode-se afirmar, uma constante em nossa história política. No caso vertente, ela se apresenta com idêntico aspecto e não vejo por que não se possa encaminhá-la à luz do nosso regime democrático.»

«O CRIME DE PRESTES É TER CARÁTER»

— «Não conheço os fundamentos pelos quais está sendo processado, com outros correligionários, o ex-senador Luiz Carlos Prestes — frisou o representante pressepista no Monroe, senador Kerginaldo Cavalcanti, acrescentando: — «Mas, não obstante tivessem estes, em face da lei, qualquer procedência, nem por isso eu deixaria de reconhecer como justa e oportuna o movimento pela sua anistia e de quantos estejam, porventura, respondendo a um processo de caráter político.»

Apolando o movimento, assim falou o senador Osvaldo Moura Brasil, do PSD:

— «Sou favorável à anistia para o sr. Luiz Carlos Prestes, como para qualquer outro cidadão condenado ou processado por motivo político. O problema da anistia a todos os presos e processados políticos está ligado, intimamente, ao proble-

ma da redemocratização do Brasil.»

Veemente é o pronunciamento do jornalista e escritor Gondim da Fonseca:

— «Penso que a anistia já virá tarde! A anistia a condenados políticos é tradição constante. Ininterrupta e mais que centenária no Brasil.»

Depois de afirmar que não é apenas sua voz que clama «pela anistia desse herói nacional», disse o entrevistado:

— «Não existe um único brasileiro honesto que, no fundo da sua consciência, mesmo inimigo de Prestes, o não julgue um paradigma de integridade moral e de patriotismo.»

Declarando que «é a Standard Oil que se bate, através da «sadia», para que Prestes continue foragido», o conhecido autor de «Que Sahe Você Sobre o Petróleo» exclamou:

— «Bendita a mão que firmar a anistia de Prestes!»



1954 (a medida se impõe porque muitos aumentos foram concedidos de modo irregular, sem que se observassem as próprias disposições do regimento da COFAP); 2) Providências imediatas para o rebaixamento da carne e do leite, à base dos preços vigentes em 1954; 3) tabelamento dos legumes, inclusive no atacado. Tabelamento dos cereais, com o retorno dos preços vigentes em 1954; 4) Estudo especial do custo de produção e dos lucros dos fornecedores do leite e da carne ao Distrito Federal. Que seja considerado o caráter monopolista do fornecimento; 5) Permissão para que a Associação Feminina, como parte interessada e em nome dos consumidores, tenha o direito de vista aos processos de aumento em caráter informativo, sem onus para a COFAP; 6) Instalação de açougues da COFAP em todos os bairros, ou pelo menos nos mais populosos.

Trata-se como se vê de algumas providências simples e que permitiriam estabilizar e reduzir os preços, pelo menos dos principais produtos de amplo consumo popular. Tal plano pode ser levado à prática tanto no Distrito Federal como nos Estados, se houver um empenho em elevar o movimento contra a carestia a um novo nível, se as donas de casa souberem ganhar para ele não só os sindicatos operários mas também as organizações de comerciantes. Em torno desse plano e da sugestão do ministro do Trabalho pode ser desenvolvido um grande movimento de opinião, capaz de fazer retroceder a onda de aumentos iniciada nos primeiros dias de 1956.